



Comissão
Europeia

VERNO 2015 ▶ N.º 55

panorama

inforegio

▶ Aplicação da política de investimento da UE

Impacto e benefícios dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus

▶ Apoio da política de coesão à crise de migração

▶ Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos

▶ Impulsionar a agenda urbana da UE

Política
Regional
e Urbana

▶ EDITORIAL 3

Corina Crețu, Comissária Europeia para a Política Regional

DESTAQUE

▶ **NOVA COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO DEMONSTRA OS PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DOS PROGRAMAS DE INVESTIMENTO 2014-2020** 4-11

▶ **O PLANO DE INVESTIMENTO PARA A EUROPA E OS FUNDOS EIE** 12-13

ENTREVISTA

▶ **SUPERAR O DÉFICE DE INVESTIMENTO ESTRATÉGICO DA EUROPA** 14-16

Wilhelm Molterer, Diretor-geral do FEIE

▶ **A EUROPA NA MINHA REGIÃO – CONCURSO DE FOTOGRAFIA DE 2015** 17

▶ **AGENDA URBANA DA UE** 18-19

▶ **A CRISE DE MIGRAÇÃO E A RESPOSTA EUROPEIA** 20-21

▶ **PROGRAMAS DO FUNDO EIE E O SEMESTRE EUROPEU** 22-23

▶ **CERIMÓNIA DE ENTREGA DOS PRÉMIOS REGIOSTARS 2015** 24-25

ENTREVISTAS

▶ **BULGÁRIA: CRESCIMENTO CONSTANTE DEIXA CRISE PARA TRÁS** 26-27

Tomislav Donchev, Vice-Primeiro-Ministro

▶ **PAÍS DE GALES: INCENTIVAR O CRESCIMENTO E O EMPREGO ATRAVÉS DA POLÍTICA DE COESÃO** 28-29

Jane Hutt, Ministra das Finanças e do Governo de Negócios

▶ **ERRIN – PROMOVER AS VOZES REGIONAIS NA INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO EUROPEIAS** 30-31

▶ **INTERREG A 25** 32-34

▶ **NAS SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS** 35-37

▶ **ESTUDO SOBRE A «GEOGRAFIA DAS DESPESAS»** 38-40

▶ **NOTÍCIAS BREVES** 41-43

▶ **PROJETOS** 44-47

▶ **AGENDA** 48



▶ 4 Com o apoio dos Fundos EIE, a Estação de tratamento de águas residuais de Gdańsk Oriental, na Polónia, produz biogás e aumenta a sensibilidade para as energias renováveis.



▶ 20



▶ 24



▶ 42

Fotografias (Páginas):
 Capa, páginas 2, 7 (Polónia): © Gdanska Infrastruktura Wodociągowo-Kanalizacyjna Sp. z o.o. (*)
 Páginas 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 24-25, 34, 41, 42, 43:
 © Comissão Europeia
 Páginas 6-7: Alemanha © Thinkstock; Hungria © Ministério da Economia Nacional; Bulgária © União Europeia
 Páginas 13, 20: © União Europeia
 Páginas 14-16: Wilhelm Molterer © BEI; Projeto Galloper © RWE Innogy; Fórum © CCI da Região Norte da França
 Página 17: 1 © Małgorzata Podstawa; 2 © Tomaž Varlec; 3 © Paraskavas Grigorakis
 Página 18: Riga © EU2015.LV
 Páginas 20-21: Alemanha © Lotsendient; Portugal © Serviço Jesuíta aos Refugiados português
 Páginas 26-27: © Conselho de ministros da Bulgária
 Páginas 28-29: © Governo do País de Gales
 Páginas 30-31: © Michael Seidler/ERRIN
 Página 34: © Michael Cooper;
 Páginas 35-37: Polónia © Marian Zubrzycki/Fotoreza; Dinamarca © Jørgen Ploug; República Checa © Zdeněk Vaiz/Plešňský kraj; Finlândia © Martti Komulainen
 Página 38: Shutterstock
 Páginas 41-43: EuroPCom © europaomdehoek.nl; ITI © Thinkstock; Mont Saint-Michel © Prochasson Frédéric - Shutterstock; Lambert Van Nistelrooij © CDA Europa
 Páginas 44-47: Finlândia © Martti Komulainen; França © CHU Clermont-Ferrand - DRCI; Alemanha © Stadt Bremen; Roménia © Modatim SA

Esta revista é impressa em papel reciclado em inglês, francês e alemão.
 Esta revista está disponível na Internet em 22 línguas no site http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/information/publications/panorama-magazine/

O conteúdo da presente edição foi concluído em dezembro de 2015.

INFORMAÇÃO JURÍDICA
 A Comissão Europeia, assim como qualquer pessoa agindo em seu nome, não pode ser considerada responsável pela utilização das informações contidas na presente publicação, nem por quaisquer erros que possam ser detetados não obstante o trabalho cuidadoso de preparação e verificação. A presente publicação não reflete, necessariamente, a opinião ou posição da Comissão Europeia.

ISSN 1725-8154

© União Europeia, 2015

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

(*) Os direitos das imagens em questão foram concedidos exclusivamente para utilização na revista *Panorama* (número 55) e não para outros usos; a imagem pode ser reproduzida no contexto da *Panorama* 55 e das suas versões nas várias línguas; a imagem não pode ser reproduzida para outros fins.

É necessária a autorização do(s) titular(es) dos direitos de autor para a utilização/reprodução de material de terceiros sujeito a direitos de autor e que esteja indicado como tal.

▶ EDITORIAL



Corina Crețu
 Comissária Europeia para a Política Regional

A crise de refugiados sem precedentes foi um dos maiores desafios a que a União Europeia teve de dar resposta no ano passado. Foram envidados grandes esforços para aliviar o sofrimento dos migrantes que chegavam aos Estados-Membros e ficou claro que a política de coesão tem um papel a desempenhar no apoio a políticas de integração efetivas, que abrangem a educação, o emprego, a habitação e as políticas de não discriminação.

A Comissão Europeia está a trabalhar em conjunto com os Estados-Membros afetados pela crise para alterar os programas dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (EIE) de modo a dar resposta às emergências. Dois dos maiores pontos de entrada para os migrantes, Itália e Grécia, já atribuíram fundos para a migração nos programas para o período 2014-2020. A Grécia, por exemplo, inclui o apoio do FEDER nos seus 13 programas regionais. O dinheiro será utilizado para construir, remodelar e abrir centros de acolhimento para migrantes. Saiba mais no nosso relatório especial na página 20.

É possível proceder de forma urgente à reafetação de mais recursos do Fundo EIE aos migrantes e refugiados caso se venha a verificar uma escalada da crise, disponibilizando um vasto leque de apoios, tais como unidades hospitalares móveis, serviços de saneamento, cuidados de saúde ou formação.

Benefícios dos programas do Fundo EIE

Esta edição também destaca os benefícios reais da Política de Coesão da UE. Concentra-se, em particular, nos investimentos que visam gerar impacto na economia europeia e na vida das pessoas, atraindo e mobilizando mais investimentos.

Para o novo período de 2014-2020, os Fundos EIE atribuíram 454 mil milhões de euros do orçamento da UE à implementação de mais de 500 programas regionais e nacionais, bem como 79 programas de cooperação inter-regional. Estes programas foram concebidos para que a economia europeia

possa regressar a um crescimento sustentável. A mais recente Comunicação da Comissão Europeia sobre o contributo dos Fundos EIE para a estratégia de crescimento da UE, o Plano de Investimento e as prioridades da Comissão para a próxima década ilustra e analisa o impacto, os resultados esperados e os benefícios antecipados destes investimentos tanto a nível europeu como em cada um dos países.

Os Fundos EIE são uma ferramenta prospetiva da política de investimento, pronta a responder aos desafios atuais e futuros na Europa. Contudo, o sucesso dependerá amplamente da boa governação e de administrações eficientes na gestão e aplicação dos programas.

Promover sinergias entre os fundos de investimento da UE

O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) foi lançado como parte do Plano Juncker para mobilizar financiamento privado para investimentos estratégicos em infraestruturas, inovação e empresas, de modo a superar o atual défice de investimento na UE.

O FEIE pode desempenhar um papel crucial na otimização do impacto dos Fundos EIE – e o contrário também é verdadeiro. Com efeito, os Fundos EIE contribuem para o Plano de Investimento para a Europa e complementam o FEIE de várias formas. A sua utilização conjunta possibilita um maior número de intervenções baseadas em pedidos de projetos inovadores e de infraestruturas, bem como de financiamento de PME, o que, por sua vez, leva a mais crescimento, emprego e inovação na Europa. A curto prazo, a complementaridade entre estes dois fundos trará resultados positivos face os objetivos propostos.

Crete

▶ NOVA COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO DEMONSTRA OS PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DOS PROGRAMAS DE INVESTIMENTO 2014-2020

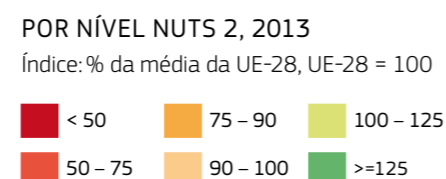
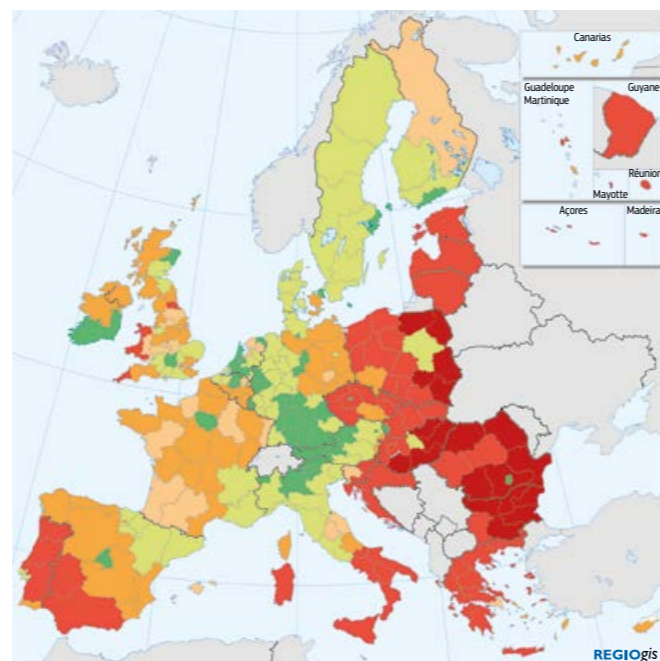
Entre 2014 e 2020, os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (Fundos EIE) aplicarão uma massa crítica de investimento a uma série de áreas prioritárias da UE. No seguimento da conclusão das negociações com os Estados-Membros e as regiões sobre os respetivos Programas e Acordos de Parceria, a Comissão publicou um relatório sobre os benefícios e os resultados antecipados da principal ferramenta da política de investimento europeia.

Com um orçamento de 454 mil milhões de euros para o período de 2014-2020, os Fundos EIE incidirão nas necessidades reais da economia europeia, no apoio à criação de emprego e numa variedade de programas concebidos para fazer a economia europeia regressar ao crescimento sustentável.

O cofinanciamento nacional deverá acrescentar, pelo menos, mais 183 mil milhões de euros, elevando o investimento total para uns impressionantes 637 mil milhões de euros.

Os Fundos EIE tornam-se, assim, uma componente essencial do investimento público em diversos Estados-Membros, especialmente numa altura em que se regista uma diminuição do investimento nos orçamentos nacionais, que caiu cerca de 15% (em termos efetivos) entre 2008 e 2014. A nova e aperfeiçoada ferramenta de investimento coloca a tónica nos resultados e nos mecanismos para assegurar um elevado desempenho em todas as regiões da Europa. Isto permitirá que as regiões menos desenvolvidas recuperem e maximizem o seu potencial através do desenvolvimento de recursos existentes para darem resposta a prioridades locais e servirem as necessidades regionais mais amplas. ▶▶

PRODUTO INTERNO BRUTO POR HABITANTE – EM PARIDADE DE PODER DE COMPRA

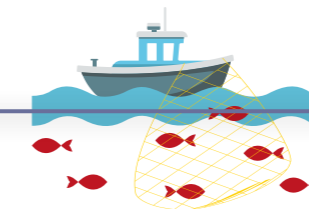


Fonte: Eurostat

EMPREGO, CRIAÇÃO DE EMPREGO E FORMAÇÃO



29 370 novos empregos para investigadores.



10 200 novos empregos nas pescas e aquacultura.



2,3 milhões de pessoas empregadas através dos Fundos EIE.



3,9 milhões de agricultores e de PME rurais receberam formação.

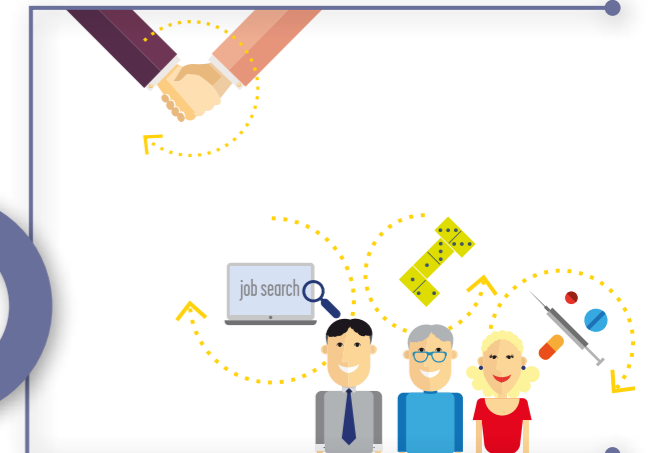


237 700 pessoas participam em iniciativas de mobilidade e formação profissional.

354 300 novos empregos em PME.



O FSE ajudará 10,1 milhões de desempregados a melhorar as possibilidades de encontrarem emprego.



2,6 milhões de pessoas inativas apoiadas pelos Fundos EIE.



Entre 2 e 2,5 milhões de pessoas desfavorecidas beneficiarão dos Fundos EIE.

OS FUNDOS DA UE TÊM IMPACTO



ALEMANHA

O FSE pode ajudar a concretizar as oportunidades económicas e de emprego oferecidas pela Internet: na Universidade de Dresden, o FSE apoiou jovens investigadores que trabalharam na fronteira de I&D, no domínio das tecnologias de informação (TI). O projeto **RESUBIC LAB** abrangeu 19 jovens investigadores que trabalhavam em sistemas ciberfísicos, software para o planeamento de decisões e arquiteturas de computação na nuvem.

▶SAIBA MAIS
<http://ec.europa.eu/esf/main.jsp?catId=46&langId=pt&projectId=375>

Investimento prospetivo

Os Fundos EIE são uma estrutura que abrange cinco fundos individuais: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão, Fundo Social Europeu, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas. No seguimento do recente processo de reforma, os Fundos EIE são agora uma ferramenta prospetiva da política de investimento, pronta a responder aos desafios atuais e futuros na Europa.

Durante o próximo período de programação, os Fundos EIE assegurarão investimentos em todos os Estados-Membros, em consonância com as prioridades definidas pela nova Comissão Juncker. Os Fundos EIE contribuirão substancialmente para as prioridades políticas da Comissão: o Mercado Único Digital, a União da Energia e as políticas de alterações climáticas, o Mercado Único e a governação económica.

Todo o apoio dos Fundos EIE centra-se, em última análise, na promoção do emprego, do crescimento e do investimento em toda a Europa. Isto colmatará as lacunas de desenvolvimento entre regiões, construindo economias inclusivas



HUNGRIA

«ESTOU A APRENDER DE NOVO», um projeto cofinanciado pelo FSE, oferece a oportunidade de pessoas pouco qualificadas ou sem qualificações aumentarem a sua empregabilidade através de opções de formação que correspondem às necessidades da economia do país. Até Janeiro de 2015, 129 000 pessoas, incluindo perto de 34 000 de etnia cigana, tinham concluído com êxito os módulos de formação.

▶SAIBA MAIS
<http://europa.eu/Cu66cm>

e mais fortes e, no conjunto, uma União Europeia mais equitativa a nível territorial – uma tendência que se inverteu com a crise financeira global de 2008.

Mais de 500 programas inovadores, definidos nos Acordos de Parceria com os Estados-Membros, ajudarão a concretizar os objetivos da política da UE, tanto através da mobilização de recursos financeiros como pela melhoria das condições de investimento. Mais de dois milhões de empresas receberão apoio para aumentar a competitividade, desenvolver produtos, procurar novos mercados e criar novos empregos. O investimento em infraestruturas ajudará os Estados-Membros, nomeadamente os menos desenvolvidos, a melhorar a competitividade do seu ambiente empresarial e a conectividade com mercados maiores.

Significativamente, os Fundos investirão nas competências e na adaptabilidade dos trabalhadores europeus, oferecendo oportunidades de formação e reconversão profissional ou de constituição de empresas a dezenas de milhões de pessoas, incluindo jovens. Estas oportunidades estarão igualmente disponíveis para refugiados e migrantes legais.

Isto ajudará, de forma direta, a concretizar as metas para o emprego e a pobreza, mas também a responder à crescente procura de investigação em inovação e desenvolvimento de novos produtos – áreas em que os progressos têm sido bastante limitados.

COMO É QUE OS FUNDOS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO EUROPEUS ESTÃO A CONTRIBUIR PARA APLICAR AS PRIORIDADES DA COMISSÃO



BULGÁRIA

A terceira **EXTENSÃO DO METRO** de Sofia transforma-o no principal sistema de transportes da cidade. Melhores ligações com as redes de transportes europeias, nacionais e locais são agora uma realidade.

▶SAIBA MAIS
http://ec.europa.eu/regional_policy/en/projects/bulgaria/sofia-welcomes-third-metro-extension

Financiamento adequado à finalidade

A Comissão está a encorajar fortemente a utilização de instrumentos financeiros em vez das tradicionais subvenções em matéria de Fundos EIE, nomeadamente em áreas como apoio às PME, redução de emissões de CO₂, eficiência ambiental e na utilização de recursos, TIC, transportes sustentáveis e investigação e inovação.

Espera-se que os fundos atribuídos aos instrumentos financeiros inovadores no período de 2014-2020 tenham um efeito de alavanca direto e gerem investimento adicional no valor de 40 a 70 mil milhões de euros. Isto irá conduzir a um efeito multiplicador ainda maior na economia real ao atrair investimento privado. Consequentemente, as dotações previstas de todos os Fundos EIE para os instrumentos financeiros aumentaram consideravelmente.

A sinergia entre os Fundos EIE e o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) será, igualmente, maximizada e os recursos dos Fundos EIE poderão ser, adicionalmente, combinados com instrumentos financeiros no âmbito do Horizonte 2020 e de outros programas da UE (LIFE+, Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, COSME, Erasmus+ ou a Facilidade «Interligar a Europa»).

POLÓNIA

Uma nova **UNIDADE DE BIOGÁS** está a ajudar a melhorar a eficiência energética do tratamento de águas residuais em Gdańsk e a fornecer oportunidades para que os jovens aprendam mais sobre as energias renováveis.

▶SAIBA MAIS
http://ec.europa.eu/regional_policy/index.cfm/pt/projects/poland/new-biogas-project-brings-green-energy-to-gdansk



Para permitir uma maior flexibilidade na adaptação da aplicação dos Fundos EIE com base nas necessidades do território em causa, foram criados novos e melhorados mecanismos de execução.

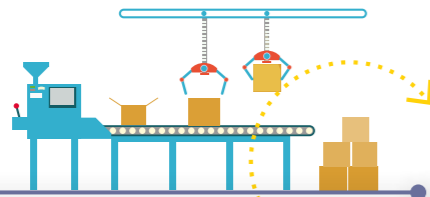
O investimento territorial integrado (ITI) veio possibilitar a combinação de financiamento de diferentes programas dos Fundos EIE para apoiar a implementação de estratégias de desenvolvimento territorial. Cerca de 20 Estados-Membros utilizarão o ITI em áreas que vão desde bairros urbanos degradados até áreas metropolitanas e desde rotas de património cultural até sub-regiões afetadas pela reestruturação económica.

O apoio a estratégias de desenvolvimento urbano sustentável em que as autoridades urbanas têm um papel na implementação ultrapassará os 16 mil milhões de euros. O grosso deste financiamento irá ajudar as áreas urbanas a gerirem a transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono, através do investimento em eficiência energética e energias renováveis, mobilidade urbana sustentável e na melhoria do ambiente urbano. O financiamento irá também responder aos desafios em matéria de exclusão social e física nas áreas urbanas. ▶▶

APOIO ÀS EMPRESAS



396 500 microempresas e PME investem no desenvolvimento do capital humano através do FSE.



O FEDER ajudará as empresas na introdução de **15 370 novos produtos** no mercado.



Os Fundos EIE apoiarão perto de **801 500 empresas**.



77 500 empresas receberão ajuda do FEDER para promoverem serviços e produtos de TIC.

A questão do desemprego jovem continua a ser endémica na maioria dos Estados-Membros da UE. Em resposta a uma recomendação do Conselho Europeu, em 2013, sobre a criação de uma Garantia Jovem, 20 Estados-Membros são elegíveis para a Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ), que foi integrada em 34 programas do FSE. Os Estados-Membros utilizarão o financiamento atribuído à IEJ para investir em estágios de aprendizagem, estágios profissionais e empregos que possam ajudar a promover uma integração duradoura no mercado de trabalho e a aumentar a empregabilidade dos jovens.

INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO



2,6 mil milhões de euros do FEDER atribuídos à investigação e inovação e à adoção de tecnologias assentes num baixo nível de emissões de carbono.



129 460 empresas apoiadas para aumentarem a sua capacidade de investigação e inovação.



71 960 investigadores beneficiarão de instalações de investigação melhoradas com o apoio do FEDER.



O FEADER apoiará mais de **3 000 projetos de inovação** no âmbito da Parceria Europeia de Inovação.

Pensar no futuro

Os recursos dos Fundos EIE abrem caminho para um crescimento sustentável a longo prazo e para uma vida melhor para os cidadãos numa Europa melhor, principalmente através do apoio às recomendações de mudanças estruturais emitidas pelo Semestre Europeu (ver artigo na página 22). A melhoria do ambiente empresarial e a promoção da capacidade administrativa também contribuirão para dar resposta aos desafios futuros, uma vez que desenvolverão projetos e oportunidades de financiamento complementares.

EXPLORAR DADOS ABERTOS NOS FUNDOS EIE

Informações pormenorizadas sobre os investimentos efetuados e os resultados obtidos através dos Fundos EIE durante o período de 2014-2020 estão disponíveis através da nova **plataforma de dados abertos da política de coesão**. Esta base de dados fornece informações atualizadas, bem como dados contextuais sobre a situação socioeconómica de cada país da UE. Os números sobre os resultados dos programas da UE baseiam-se nos relatórios fornecidos à Comissão pelos Estados-Membros. Há quatro opções possíveis para a pesquisa de dados – a nível da UE, por tema, por país e por fundo – fornecendo informações sobre os investimentos e os resultados esperados. Os conjuntos de dados podem ser visualizados, transferidos para análise ou incorporados noutros Web sites.

▶ SAIBA MAIS
<https://cohesiondata.ec.europa.eu/>



TRANSPORTES



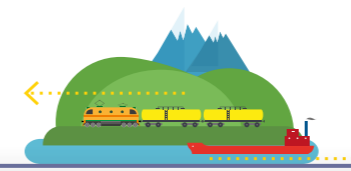
7 515 km de linhas ferroviárias a serem construídas ou modernizadas.



3 100 km de novas estradas construídas e 10 270 km modernizadas.



748 km de linhas de elétrico e de metro construídas ou modernizadas.



977 km de vias navegáveis interiores construídas ou modernizadas.

Isto a par de uma capacidade de adaptação à mudança de circunstâncias, como a crise dos refugiados. As áreas que, especificamente, requerem esforços continuados ao longo do período de implementação de 2014-2020 estão relacionadas com a garantia da ênfase nos resultados e no nível de ambição das metas, maximizando a utilização dos instrumentos financeiros e utilizando plenamente as sinergias entre os Fundos EIE, o FEIE e outras fontes de financiamento, como o Horizonte 2020, a nível de projetos, de instrumentos financeiros e através de plataformas de investimento.

A plataforma de dados abertos, lançada pela DG da Política Regional e Urbana, em dezembro, permite acompanhar o progresso para concretização das metas prometidas. Isto é, só por si, um grande passo rumo a uma maior transparência sobre a aplicação dos fundos em resposta às necessidades da economia europeia.

▶ INVESTIMENTO NO EMPREGO E NO CRESCIMENTO

A Comissária Corina Crețu conversou com a Panorama sobre a maximização do contributo dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus para os objetivos de crescimento e emprego da UE

▶ Esta Comunicação apresenta os principais resultados das negociações entre as autoridades dos Estados-Membros e a Comissão Europeia para o período de 2014-2020. Como avalia o processo de negociação?

Os nossos esforços no processo de negociação dos programas e Acordos de Parceria foram recompensados: temos agora programas sólidos, orientados para os resultados, que terão um impacto tangível e positivo na economia real da UE ao longo da década.

O desempenho dos nossos investimentos e uma maior ênfase em setores geradores de crescimento importantes estiveram no centro das discussões que mantivemos com as partes interessadas envolvidas na aplicação da nossa política. Juntos, assumimos o compromisso de direcionar estrategicamente os nossos investimentos para áreas em que pudessem ter o máximo de impacto – Investigação e inovação, o apoio a pequenas empresas, à economia assente num baixo nível de emissões de carbono e à agenda digital da UE – de modo a explorar todo o potencial dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus em termos de crescimento e de criação de emprego.

A adoção dos programas demorou tempo, uma vez que estava fora de questão comprometermos a qualidade em nome da rapidez. Agora temos centenas de pacotes de investimento de alta qualidade e os fundos estão prontos a ser aplicados nas nossas regiões e cidades, em benefício direto dos cidadãos.

▶ Os resultados previstos para os programas dos Fundos EIE mencionados na Comunicação são bastante detalhados. Como é que a Comissão pode garantir que estes resultados serão concretizados? Como é que serão medidos?

A política de coesão reformada para 2014-2020 é uma política de investimento verdadeiramente orientada para o desempenho. A nova Regulamentação estabelece a obrigação de se definirem objetivos e metas claros, transparentes e mensuráveis em termos de responsabilização e resultados. Os países e as regiões tiveram de anunciar nos seus programas os objetivos que tencionavam alcançar e como iriam medir o progresso rumo a essas metas.



« Todos os Fundos EIE são orientados para o crescimento e a criação de emprego, com uma ênfase particular nas regiões menos desenvolvidas da Europa. Isto está em linha com as prioridades da Comissão Juncker. »

Uma monitorização anual ajudará a tomar medidas se o progresso se revelar insuficiente. Foi também implementado um sistema de recompensa baseado na reserva de desempenho, com vista a motivar o empenho e um melhor desempenho.

▶ CORINA CREȚU – COMISSÁRIA EUROPEIA PARA A POLÍTICA REGIONAL

Quero, no entanto, sublinhar que o impacto dos programas dos Fundos EIE nas economias locais será amplamente determinado pela dedicação das partes interessadas responsáveis pela implementação dos programas.

Como disse, os fundos estão prontos a ser aplicados, mas quero deixar claro que uma administração sólida é tão importante como o próprio dinheiro. As pessoas que vivem nas regiões da Europa não vão sentir os benefícios dos projetos apoiados pela nossa política se as administrações locais e nacionais que administram estes fundos não forem robustas e eficientes. Ajudar os Estados-Membros a reforçar a sua capacidade administrativa é, por conseguinte, uma das prioridades do meu mandato.

▶ Como é que os Fundos EIE contribuem para as 10 Prioridades da Comissão para o período de 2014-2020, como o Plano Juncker de Investimento para a Europa?

Todos os Fundos EIE são orientados para o crescimento e a criação de emprego, com uma ênfase particular nas regiões menos

desenvolvidas da Europa. Isto está em linha com as prioridades da Comissão Juncker. Os Fundos EIE contribuem para a concretização dos objetivos do Mercado Único Digital, da União da Energia e das políticas de alterações climáticas, do mercado único e da governação económica, em consonância com as recomendações específicas do Semestre Europeu para cada país.

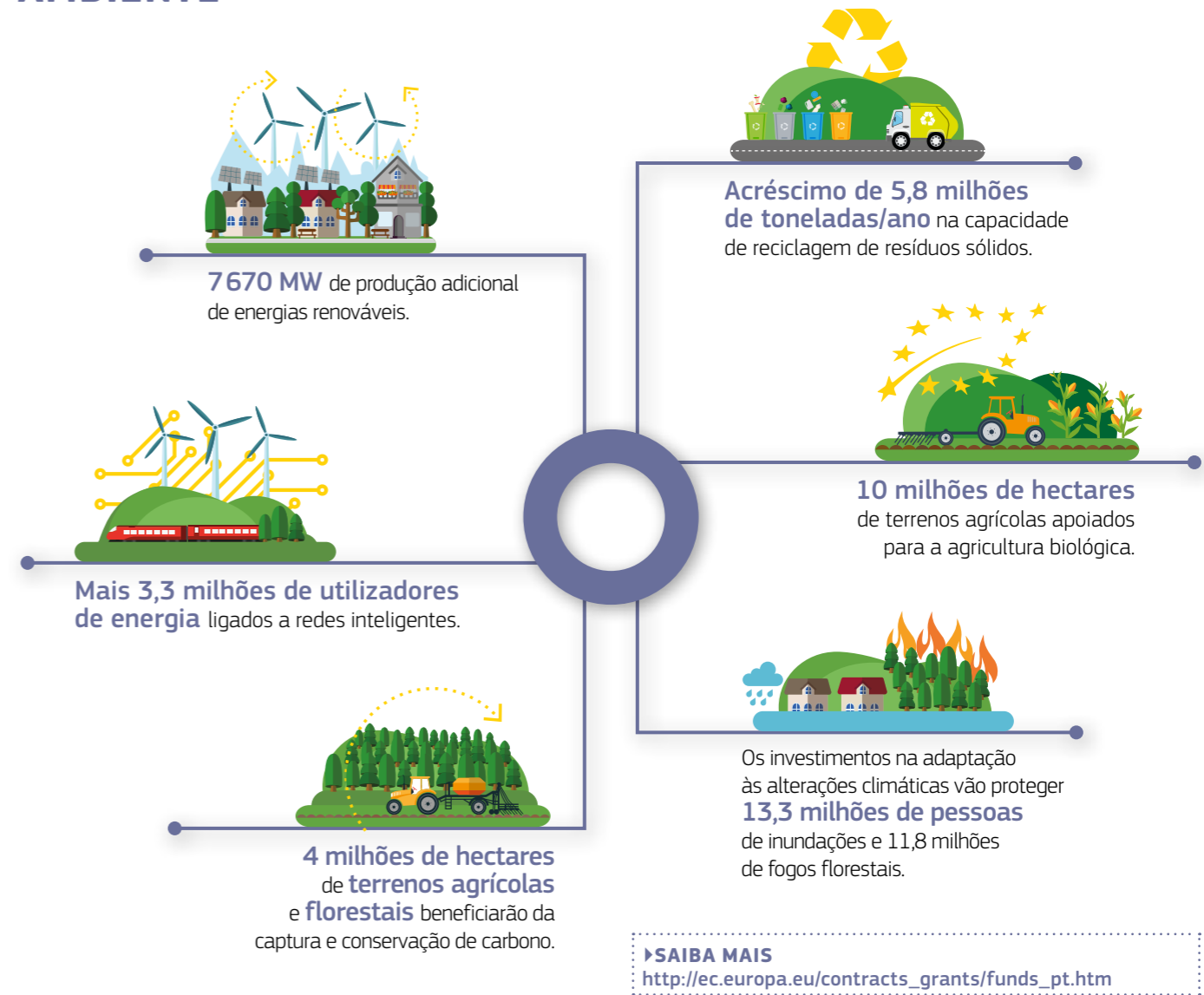
Por exemplo, mais de 20 mil milhões de euros dos Fundos EIE serão investidos em projetos digitais, como a implementação da banda larga, serviços públicos online ou melhor acesso às TIC por parte das pequenas empresas. Em paralelo, mais de 38 mil milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional apoiarão a economia assente num baixo nível de emissões de carbono, com vista a permitir que as regiões e as cidades invistam em edifícios eficientes em termos energéticos, energias renováveis, redes inteligentes e transportes urbanos sustentáveis.

Em 2007-2013, a nossa política ajudou a criar quase um milhão de empregos e o nosso objetivo geral para a próxima década é, obviamente, superar este número.

▶ Os Fundos EIE englobam cinco fundos (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP). Qual é o valor acrescentado da combinação dos cinco fundos no novo período de programação?

Os cinco fundos foram concebidos para apoiar o desenvolvimento socioeconómico da Europa, uma vez que enfrentamos hoje problemas complexos e interligados, que precisam de uma resposta integrada e coerente. A fusão dos cinco fundos num quadro estratégico comum leva a uma melhor coordenação e complementaridade, a uma melhor definição de objetivos e a uma ênfase mais clara nos resultados. Isto também facilita as sinergias com outros instrumentos da UE, como o Horizonte 2020, o COSME ou a Facilidade «Interligar a Europa». ■

AMBIENTE



▶ O PLANO DE INVESTIMENTO PARA A EUROPA E OS FUNDOS EIE

LANÇAMENTO DA FASE DE IMPLEMENTAÇÃO

O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) visa mobilizar o financiamento privado para investimentos estratégicos em infraestruturas, inovação e empresas. A Direção-Geral da Política Regional e Urbana equaciona a forma como os Fundos Estruturais e de Investimento (EIE) podem apoiar o impacto do FEIE.

O puzzle jurídico está em vigor – primeiro os investimentos

Em 25 de junho de 2015, o Conselho adotou um regulamento⁽¹⁾ que cria o novo Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, abrindo assim caminho ao arranque de novos investimentos em meados de 2015. A Comissão Europeia e o Banco Europeu de Investimento (BEI) assinaram o Acordo FEIE em 22 de julho de 2015, o que concluiu a sua criação formal⁽²⁾, bem como a da Plataforma Europeia de Aconselhamento ao Investimento (EIAH)⁽³⁾.

O FEIE será criado e gerido pelo BEI. Disporá de uma garantia no valor de 16 mil milhões de euros do orçamento da UE e 5 mil milhões de euros dos recursos próprios do BEI. O BEI utilizará os fundos FEIE e a garantia para alavancar financiamento adicional no valor de, pelo menos, 315 mil milhões de euros para o investimento em infraestruturas estratégicas, inovação e pequenas e médias empresas. As operações do FEIE decorrerão no âmbito do BEI e haverá uma ampla elegibilidade de setores e produtos para as operações do FEIE, mas não haverá afetação de quotas por país ou setor.

Neste contexto, o BEI já deu início ao pré-financiamento, ou «armazenamento», de projetos apoiados pela garantia da UE. Isto significa que o BEI está a aprovar projetos com base numa cobertura por garantia da UE, concedida pela Comissão enquanto se aguarda a nomeação dos membros do Comité de Investimento.

A estrutura de governação do FEIE

Em 22 de julho de 2015 foram nomeados os quatro membros do Comité Diretor do FEIE: **Ambroise Fayolle**, Vice-Presidente do BEI; **Maarten Verwey**, Secretário-Geral da Comissão Europeia; **Gerassimos Thomas**, DG Energia da Comissão Europeia; **Irmfried Schwimann**, DG Concorrência da Comissão Europeia. O Comité Diretor define as orientações de investimento, bem como as políticas e os procedimentos operacionais. Em 13 de outubro de 2015, o Parlamento Europeu aprovou a proposta do Comité Diretor do FEIE para a nomeação de **Wilhelm Molterer**⁽⁴⁾ (ver artigo na página 14) como Diretor-Geral do FEIE e de **Iliyana Tzanova**⁽⁵⁾ como Diretora-Geral Adjunta. Ambos irão coordenar as atividades do FEIE no seio do Grupo BEI e prestar apoio às reuniões do Comité de Investimento do FEIE, que serão presididas pelo Diretor-Geral.

O Comité de Investimento responderá perante o Comité Diretor do FEIE e será composto por oito peritos independentes e pelo Diretor-Geral. O Comité de Investimento será responsável por examinar, de forma transparente e independente,

- (1) Regulamento (UE) N.º 2015/1017 do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de junho de 2015.
- (2) Outro ramo do Plano de Investimento para a Europa é o Portal do Projeto de Investimento Europeu (EIPP), que será um portal de Internet seguro, disponível ao público, onde os promotores sediados na UE que procuram financiamento externo terão a oportunidade de promover projetos junto de potenciais investidores.
- (3) A EIAH apoiará o desenvolvimento e o financiamento de projetos de investimento na UE, ao disponibilizar um único ponto de contacto para orientação e aconselhamento, providenciar uma plataforma para o intercâmbio de conhecimentos e coordenar a assistência técnica.
- (4) Wilhelm Molterer foi Vice-Presidente do BEI (2011-2015) e deputado no Parlamento austríaco. Ocupou os cargos de Vice-Chanceler e Ministro das Finanças da Áustria e foi presidente do Partido Popular Austríaco.
- (5) Iliyana Tzanova foi Diretora do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD) e Vice-Primeira-Ministra em dois governos provisórios diferentes da Bulgária (em 2013 e 2014).



▶ DA ESQUERDA PARA A DIREITA: Werner Hoyer, Presidente do BEI, Jean-Claude Juncker, Presidente da Comissão Europeia, Jyrki Katainen, Vice-Presidente da Comissão Europeia, na cerimónia de assinatura oficial do FEIE.

potenciais projetos em consonância com as políticas de investimento do FEIE e por aprovar o apoio da garantia da UE para as operações do BEI. Além do mais, o Comité de Investimento aprovará operações com plataformas de investimento e bancos de promoção nacionais e consultará o Comité Diretor e o Diretor-Geral em matéria de instrumentos do FEI.

O papel dos bancos de promoção nacionais e das plataformas de investimento

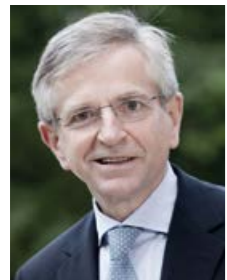
A sinergia entre as ferramentas nacionais e europeias será essencial para começar rapidamente a colmatar o défice de investimento da economia da UE. Para que isto possa acontecer, os Bancos de Promoção Nacionais (NPB), nomeadamente entidades mandatadas pelos Estados-Membros para executarem atividades de desenvolvimento ou de promoção, deverão desempenhar um papel fundamental e complementar o BEI. Nove Estados-Membros contribuíram já para o Plano de Investimento através dos seus bancos de promoção. No mesmo contexto, serão criadas plataformas de investimento, sob a forma de veículos *ad hoc*, através dos quais o financiamento é canalizado para os projetos. Estas podem ser criadas através de diferentes estruturas jurídicas (SPV, contas geridas, outros acordos), ter várias dimensões (geográficas, produtos, setoriais) e podem também receber apoio do BEI ou de outras fontes (Estados-Membros, investidores privados).

Complementaridades do ESIF e do FEIE

O FEIE é um plano ambicioso, com um claro potencial para fornecer um apoio financeiro significativo e promover a criação de emprego através da cooperação com diversas partes interessadas e fontes de financiamento. Neste contexto, existe uma margem considerável para o ESIF maximizar as sinergias e a complementaridades com o FEIE. Embora o ESIF e o FEIE funcionem de forma independente, pois são mecanismos autónomos com quadros de implementação separados, permitem contributos de apoio aos objetivos um do outro. Os recursos do ESIF podem desempenhar um papel crucial na otimização do impacto do FEIE (e vice-versa), uma vez que a sua utilização conjunta permite um maior número de intervenções baseadas em pedidos de projetos inovadores e de infraestruturas e de financiamento de PME, o que, por sua vez, leva a mais crescimento, emprego e inovação na Europa. Ainda que os recursos do ESIF não possam ser transferidos diretamente para o FEIE, ambos os quadros jurídicos permitem contributos de apoio aos objetivos um do outro. Na prática, isto é possível a nível de projeto, de instrumento financeiro e através de plataformas de investimento. A Comissão está, atualmente, a finalizar uma brochura sobre complementaridades, que deverá começar a ser distribuída no início de 2016, após o que será apresentada documentação adicional com pormenores sobre os produtos e os mecanismos práticos de implementação disponíveis no mercado.

▶ SAIBA MAIS
http://ec.europa.eu/priorities/jobs-growth-investment/plan/efsi/index_en.htm

▶ SUPERAR O DÉFICE DE INVESTIMENTO ESTRATÉGICO DA EUROPA



Em julho de 2015, os legisladores da UE alcançaram um acordo político sobre o Regulamento para um Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE). A *Panorama* conversou com Wilhelm Molterer, Diretor-Geral do FEIE.

▶ Em que ponto estamos agora e quando é que o FEIE estará operacional?

De facto, o desenvolvimento das operações está muito bem encaminhado. Acredito que já alcançámos progressos significativos. O dinamismo está também a crescer, à medida que a governação do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos ganha forma. No início do mês passado (novembro), assumi as minhas funções como Diretor-Geral do FEIE. A minha vice-presidente, a Sra. Ilyana Tzanova, tomará posse a 1 de janeiro e os membros recentemente nomeados para o Comité de Investimento também assumirão funções durante o mês de janeiro.

Não obstante, o Banco Europeu de Investimento (BEI) já deu início ao pré-financiamento de projetos em abril, por sua conta e risco, enquanto aguardava o lançamento do FEIE. Até à data, o Conselho de Administração do BEI aprovou 34 projetos para financiamento no âmbito do FEIE, o que representa um volume de financiamento superior a 5 mil milhões de euros, com base na garantia orçamental da UE (13 já foram aprovados pela Comissão Europeia no âmbito da garantia da UE). Espera-se que estas operações mobilizem um investimento de cerca de 23 mil milhões de euros. Até à data foram assinados nove destes projetos aprovados pelo BEI.

▶ Que tipo de projetos serão apoiados pelo FEIE e quem pode candidatar-se ao financiamento e como?

Se observar aquilo que já foi aprovado, verá que cerca de metade destes projetos apoiam as energias renováveis, a eficiência energética e outros investimentos que

contribuem para o crescimento da economia assente num baixo nível de emissões de carbono. Os restantes incluem I&D e inovação industrial, infraestruturas digitais e sociais, transportes e o acesso ao financiamento para pequenas empresas. O que estes projetos têm em comum, e que também se aplicará aos projetos futuros, é que irão contribuir para o crescimento económico e a criação de emprego, bem como para o aumento da competitividade na Europa.

O FEIE procura, em particular, projetos e áreas em que exista uma procura evidente ou uma falha do mercado específica. O nível de investimentos na Europa ainda está aquém do que é necessário para recuperar em termos de competitividade. É por esta razão que o FEIE se centra em áreas que visem promover a competitividade, incluindo investigação, desenvolvimento e inovação, bem como infraestruturas estratégicas e empresas mais pequenas.

Podem candidatar-se ao financiamento do FEIE entidades de todas as dimensões, incluindo empresas de serviços de utilidade pública, entidades criadas para fins específicos ou empresas em fase de projeto. Da igual modo, as pequenas e médias empresas (até 250 trabalhadores) e as empresas de média capitalização (até 3 000 trabalhadores) podem candidatar-se através das instituições parceiras locais por toda a UE. Os Bancos de Promoção Nacionais e outros bancos irão participar, fornecendo empréstimos intermediados, tal como o podem fazer os Fundos e quaisquer outros veículos de investimento coletivo.

A experiência e os conhecimentos do BEI, conjugados com um leque diversificado de partes interessadas e de produtos financeiros, podem, efetivamente, fazer a diferença na angariação do apoio necessário para projetos geradores de crescimento estratégico na Europa.

▶ Muitos pensam que o FEIE só abrange projetos de larga escala, mas há também uma janela para as PME. O FEIE ajudará concretamente as PME?

Absolutamente. Sabemos que, na Europa, o apoio às PME é vital para o dinamismo futuro das nossas economias e enquanto principal fonte de novos postos de trabalho. Essa é razão



▶ O projeto Galloper é uma extensão com 56 turbinas do parque eólico Greater Gabbard Offshore (Reino Unido).

pela qual cerca de um quarto da dotação original do FEIE (5 mil milhões de euros de um total de 21 mil milhões de euros) se destina a apoiar o acesso ao financiamento para pequenas e médias empresas.

Tanto o FEI (Fundo Europeu de Investimento, parte do Grupo BEI), como o próprio BEI irão apoiar as PME, no âmbito do FEIE, através de instituições parceiras.

O FEI já está a revelar resultados impressionantes. Partindo da nossa já existente rede de bancos e instituições parceiras, o FEI já assinou mais de 50 operações no âmbito do FEIE, com um financiamento total superior a 2 mil milhões de euros, que se espera que gere mais de 17 mil milhões de euros em investimentos. Prevê-se benefícios para cerca de 65 000 PME e empresas de média capitalização, em países como a Bélgica, Bulgária, República Checa, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Reino Unido.

▶ O FEIE deve complementar e funcionar como um acréscimo aos programas regionais, nacionais e europeus em curso, bem como às já existentes operações e atividades do BEI. Na prática como é que irá funcionar? Não há aí uma sobreposição entre o FEIE e os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (EIE)?

Os dois fundos apoiam os objetivos da política da UE, embora sejam instrumentos diferentes, cada um deles com a sua

própria conceção, regulamentação e prazos. Não obstante, há uma grande margem para a complementaridade.

Os programas dos Fundos EIE podem contribuir para os objetivos do Plano de Investimento e complementar o apoio do FEIE. Estes podem complementar projetos apoiados pelo FEIE, garantindo assim um maior valor acrescentado. Evitaremos a duplicação e a sobreposição, ao garantir que a combinação destes três diferentes tipos de financiamento num projeto deverá ocorrer quando for possível demonstrar claramente o valor acrescentado e melhorar o funcionamento com o envolvimento da UE.

Por vezes, é a combinação de ambos que nos permite atrair outros tipos de financiamento para um projeto. Ou, por exemplo, na região francesa de Nord-Pas de Calais, o nosso contributo de capital (cujo financiamento através do FEIE propusemos à Comissão Europeia) destina-se a apoiar um instrumento dedicado a empresas de pequena e média capitalização que fazem investimentos assentes em baixas emissões de carbono. Aqui, os Fundos EIE complementam o financiamento do BEI e financiamento privado adicional. Além do mais, a assistência técnica ao instrumento é financiada pelos Fundos EIE. Este é o primeiro caso em que o FEIE, os Fundos EIE e investidores privados se juntam para apoiar um instrumento financeiro numa estrutura e esperamos que venha a ser replicado em toda a Europa.



FÓRUM MUNDIAL PARA UMA ECONOMIA RESPONSÁVEL – LILLE, 2015

O Fórum Mundial para uma Economia Responsável decorreu em Lille, Nord-Pas de Calais, em 20-22 de outubro. Os líderes de projetos sucederam-se no palco para apresentarem projetos que se espera que venham a ser financiados por este fundo de investimento exclusivamente dedicado à terceira revolução industrial (REV3).

SAIBA MAIS:
www.responsible-economy.org/fr/

Mais tecnicamente falando, o quadro jurídico (regulamento para o FEIE) e a governação dedicada foram concebidos de um modo que só os projetos com adicionalidade comprovada obtêm financiamento. Por exemplo, de acordo com os critérios delineados pelos regulamentos para o FEIE, cabe ao Comité de Investimento avaliar se os projetos são elegíveis para receber o apoio da garantia orçamental da UE. Um painel de avaliação, que atribui uma classificação qualitativa a cada projeto, ajuda os peritos membros do Comité de Investimento a tomar a sua decisão.

O FEIE também permitirá que o Grupo BEI faça muito mais transações no segmento mais elevado do espectro de risco do que no passado. A realização de negócios mais inovadores e arriscados do que no passado fará uma significativa diferença no impacto económico do Grupo BEI, precisamente, em termos de mobilização de novos investimentos.

► **Vários observadores temem que o apoio do FEIE apenas beneficie países com melhores classificações. Como é que o FEIE vai assegurar o equilíbrio entre regiões e setores?**

O FEIE destina-se, claramente, a investimentos em toda a UE, portanto não existe qualquer inclinação para os países com melhores classificações.

Ao mesmo tempo, é importante sublinhar que não existem quotas geográficas nem setoriais. O FEIE é impulsionado pela procura e fornecerá apoio a projetos em todos os locais da UE, incluindo projetos transfronteiriços. Os projetos serão considerados de acordo com os seus méritos individuais.

Todavia, o ponto forte da abordagem e da garantia reside na possibilidade de aumentarmos a nossa capacidade de absorção de risco e de atrairmos dinheiro para investimento num nível diferente.

O sucesso do Plano de Investimento não depende apenas do FEIE. São necessárias reformas estruturais e também é preciso lidar com os obstáculos regulamentares e administrativos ao investimento, tanto a nível da UE como a nível nacional. Todos devem desempenhar o seu papel.

► **Como é que será medido o impacto?**

O BEI irá monitorizar e medir os resultados e o impacto do FEIE durante e depois da implementação, incidindo no impacto dos projetos no crescimento e na criação de emprego.

Avançamos rapidamente para conseguir os primeiros resultados - apoiando projetos de interesse, mobilizando investimento que faça a diferença no que respeita ao crescimento, ao emprego e à competitividade da Europa. Os resultados sólidos e os projetos cruciais que conseguimos concretizar mostram o que a UE é capaz de fazer quando juntamos forças e trabalhamos rumo a um objetivo comum, mobilizando o investimento para aumentar o crescimento, o emprego e a competitividade na Europa.

► **SAIBA MAIS**
http://ec.europa.eu/priorities/jobs-growth-investment-plan/efsi/index_en.htm
<http://www.eib.org/efsi/index.htm?lang=en>

► A EUROPA NA MINHA REGIÃO – CONCURSO DE FOTOGRAFIA 2015

Pelo quarto ano consecutivo, pediu-se aos residentes na Europa – e, este ano pela primeira vez, aos residentes nos países pré-adesão – que destacassem os projetos financiados pela UE que marcam a diferença nas suas localidades. O concurso fotográfico «A Europa na minha região», lançado pela DG Política Regional, é uma forma de mostrar o excelente trabalho e o impacto local criado pelos projetos apoiados pela UE.

Pediu-se aos participantes que fotografassem um projeto financiado pela UE tendo como único requisito a inclusão na imagem de evidências do financiamento da UE (por exemplo, uma placa ou cartaz) e da bandeira da UE. Após o período de submissão, o público pode votar online, criando assim uma lista reduzida de favoritos antes de um júri composto por peritos selecionar os vencedores finais.

Foram aceites mais de 550 participações, o maior número (110) das quais da Grécia, seguida da Bulgária (96) e da Roménia (77). Como prémio, os três vencedores e um convidado de cada um deslocaram-se a Bruxelas para os Open Days, em outubro. Assistiram à Cerimónia de Entrega de Prémios RegioStars e foram chamados ao placo para receberem uma versão emoldurada da respetiva fotografia e um troféu das mãos da Comissária para a Política Regional, Corina Crețu.

RESUMO DO RESULTADOS



► **SAIBA MAIS**
<http://on.fb.me/10i2Nuk>



1. MAŁGORZATA PODSTAWA – Cracóvia, Polónia, Projeto: Melhorar a qualidade das infraestruturas turísticas na área de Pieniny – FEDER
2. TOMAŽ VARLEC – Dobrova, Eslovénia, Projeto: LIFE Stop CyanoBloom – Tecnologia inovadora para o controlo da florescência de cianobactérias – financiamento LIFE
3. PARASKEVAS GRIGORAKIS – Salónica, Grécia, Projeto: Manutenção e restauração de um edifício histórico (escola) – FEDER

▶ PARCERIAS DESTINADAS A IMPULSIONAR A AGENDA URBANA DA UE

A implementação de uma Agenda Urbana da UE tem vindo a ganhar ímpeto. As primeiras parcerias-piloto estão a ser preparadas como o mecanismo de execução essencial para a integração das cidades na criação de políticas na UE.

Perto de 70% da população da UE vive, atualmente, em áreas urbanas. As cidades da Europa são os motores da economia europeia, fornecendo empregos e serviços. Não obstante, é também aqui que residem alguns dos nossos maiores desafios: económicos, sociais, ambientais e demográficos, que estão frequentemente interligados. Estas áreas também absorvem 55% dos investimentos públicos.

Assiste-se a um crescente reconhecimento na Europa de que a adoção de uma Agenda Urbana da UE é necessária para que o nível de cidade possa ser mais devidamente acautelado na conceção das políticas da UE, de modo a assegurar que estas se adaptam melhor às realidades urbanas.

Com o crescente apoio a uma Agenda Urbana da UE a nível político, incluindo a sua aprovação na Declaração de Riga, em junho de 2015, a Comissão tem vindo a intensificar a ação através da criação do «Grupo de Projeto» sobre matérias urbanas, liderado pelos Vice-Presidentes da Comissão, **Maroš Šefčovič** e **Jyrki Katainen**.

As principais conclusões extraídas da consulta pública, lançada em 2014, sobre as características essenciais de uma Agenda Urbana da UE serão também publicadas este ano, ajudando a mapear os próximos passos possíveis.

O caminho a seguir

A Agenda Urbana da UE não prevê a conceção de políticas nacionais, mas antes o reforço da dimensão urbana na UE e nas políticas nacionais, bem como a mobilização das cidades para a sua conceção e implementação.

O caminho a seguir é perspetivado no sentido da criação de parcerias compostas por peritos da Comissão, dos Estados-Membros, das cidades e de outras partes interessadas – por exemplo, redes, ONG e empresas – que assegurem uma preparação atempada e eficaz de Planos de Ação e a subsequente implementação dos mesmos. Reconhece-se que este tipo de abordagem pode maximizar a sua eficácia e assegurar



A DECLARAÇÃO DE RIGA ▼

A Declaração de Riga «Para uma agenda urbana na UE», acordada em 10 de junho na reunião informal de ministros responsáveis pela política de coesão, coesão territorial e assuntos urbanos, identifica os principais elementos e princípios a serem considerados no futuro trabalho de desenvolvimento da Agenda Urbana da UE durante as próximas Presidências da UE.

SAIBA MAIS:
<https://eu2015.lv/news/media-releases/2122-eu-ministers-reach-agreement-on-the-riga-declaration-towards-the-eu-urban-agenda>

a sua implementação com custos inferiores. Foram identificados doze temas prioritários para serem implementados pelas parcerias (ver a caixa).

Parcerias-piloto

A primeira de quatro parcerias-piloto será lançada no final de 2015 e abrangerá os temas que se seguem.

POBREZA URBANA Os objetivos são reduzir a pobreza e melhorar a inclusão das pessoas em situação de pobreza ou em risco de pobreza nos bairros desfavorecidos. A pobreza urbana aborda problemas relacionados com a concentração estrutural de pobreza em bairros desfavorecidos e a necessidade de conceber e aplicar soluções com uma abordagem integrada. A ênfase recairá sobre a concentração espacial da pobreza estrutural nos bairros desfavorecidos (e na regeneração destas áreas), na pobreza infantil e nos sem-abrigo.

HABITAÇÃO O objetivo é criar alojamento a preços acessíveis e de boa qualidade. A ênfase recairá sobre habitação pública a preços acessíveis, regras de auxílio estatal e política geral de habitação.

INCLUSÃO DE MIGRANTES E REFUGIADOS O objetivo é gerir a integração de migrantes e refugiados provenientes de países fora da UE e providenciar um quadro para a sua inclusão. Isto contemplará medidas ao nível da habitação, integração, fornecimento de serviços públicos, inclusão social, educação e mercado de trabalho.

QUALIDADE DO AR O objetivo é realizar sistemas e políticas que assegurem uma boa qualidade do ar para a saúde humana. Isto contemplará aspetos legislativos e técnicos associados a um vasto leque de fontes de poluição, como os automóveis, indústrias, atividades agrícolas, etc.

Organização de Parcerias

As parcerias têm de preparar e executar um Plano de Ação com ações concretas a nível local, nacional e da UE. São o mecanismo de execução essencial da Agenda Urbana da UE e irão desenvolver uma abordagem a vários níveis (vertical) e multidimensional (horizontal).

Cada parceria é composta pela Comissão (que facilita o processo), Estados-Membros, cidades (através de associações, como a Eurocidades e o Conselho dos Municípios e Regiões da Europa) e partes interessadas (ONG, empresas, peritos, etc.). O período de cada parceria é de cerca de três anos.

12 TEMAS PRIORITÁRIOS PARA A AGENDA URBANA DA UE ▼

- ▶1 EMPREGOS E QUALIFICAÇÕES NA ECONOMIA LOCAL
- ▶2 POBREZA URBANA
- ▶3 HABITAÇÃO A PREÇOS ACESSÍVEIS
- ▶4 INCLUSÃO DE MIGRANTES E REFUGIADOS
- ▶5 UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS TERRENOS E SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA
- ▶6 ECONOMIA CIRCULAR
- ▶7 ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
- ▶8 TRANSIÇÃO ENERGÉTICA
- ▶9 MOBILIDADE URBANA
- ▶10 QUALIDADE DO AR
- ▶11 TRANSIÇÃO DIGITAL
- ▶12 CONTRATOS PÚBLICOS INOVADORES E RESPONSÁVEIS

«A Declaração de Riga reconhece o papel crucial das cidades e vilas na concretização dos objetivos definidos pela Estratégia Europa 2020 e pela Comissão Juncker em termos de crescimento e emprego. A declaração e as conclusões que extraímos da consulta pública sobre a Agenda Urbana da UE apontam-nos uma forte direção a seguir.»

▶ CORINA CREȚU – COMISSÁRIA EUROPEIA PARA A POLÍTICA REGIONAL

Incentiva-se a cooperação entre as diferentes parcerias, uma vez que os temas estão interligados. Todavia, a organização e os regimes de trabalho poderão diferir ligeiramente entre as parcerias.

Perspetivas

A Agenda Urbana da UE será uma prioridade particular da Presidência dinamarquesa da UE em 2016. Prevê-se que seja alcançado um acordo entre os Estados-Membros sobre os principais elementos da Agenda Urbana da UE no primeiro semestre de 2016, levando à conclusão do Pacto de Amsterdão sobre a Agenda Urbana da UE em maio de 2016.

O primeiro convite às Ações urbanas inovadoras deverá ocorrer ainda antes do fim de 2015. A iniciativa foi criada para testar novas abordagens aos desafios colocados às autoridades urbanas e tem um orçamento total de 371 milhões de euros para o período 2015-2020.

Cada um dos projetos receberá um auxílio até 5 milhões de euros do FEDER, direcionado em 2015 para os tópicos seguintes: transição energética, pobreza urbana, investimento na integração de migrantes e refugiados, empregos e qualificações na economia local.

▶ SAIBA MAIS
http://ec.europa.eu/regional_policy/fr/newsroom/news/2015/05/eu-urban-agenda-key-features-results-of-the-public-consultation
http://ec.europa.eu/regional_policy/fr/newsroom/news/2015/11/11-04-2015-urban-innovative-actions-initiative-call

▶ A CRISE DE MIGRAÇÃO E A RESPOSTA EUROPEIA

O PAPEL DOS FUNDOS ESTRUTURAIS E DE INVESTIMENTO EUROPEUS

Todos os dias, milhares de refugiados que fogem à violência no Médio Oriente e noutras regiões do mundo estão a atravessar as fronteiras europeias na esperança de encontrarem abrigo e assegurarem uma vida pacífica para as suas famílias. A degradação das condições meteorológicas e as cada vez mais arriscadas rotas de trânsito não detêm os refugiados que rumam à Europa. De facto, prevê-se que os números continuem a aumentar durante os próximos meses. Com a chegada de tantas pessoas, a UE e os Estados-Membros sentem a pressão de responderem de forma rápida e providenciarem condições para um abrigo seguro e uma rápida integração dos refugiados que permanecerão na UE. Os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (EIE) são uma das soluções.

O **Presidente Juncker** foi determinado quando afirmou: «Se há domínio em que a solidariedade europeia teve de se manifestar, foi o da crise dos refugiados». Estas palavras refletem a decisão da Comissão de integrar uma política de migração abrangente nas atuais prioridades na UE. Isto coloca o problema da migração e da rápida redistribuição e proteção internacional dos migrantes entre as prioridades políticas da Comissão.

A migração é um problema transversal, que envolve diferentes áreas políticas e diferentes agentes, tanto dentro como fora da UE. Por conseguinte, requer uma abordagem coordenada e multifacetada apoiada por um conjunto de ferramentas orçamentais. Os Fundos EIE são parte desta resposta.

No seguimento dos recentes incidentes trágicos no Mediterrâneo e do cada vez maior afluxo de refugiados, a Comissão publicou duas Comunicações, em maio e setembro de 2015, com vista a responder aos desafios imediatos. Os Fundos EIE são expressamente referidos como uma importante fonte de financiamento para apoiar políticas de integração eficazes que contemplem políticas de educação, emprego, habitação e não discriminação. Providenciar abrigo e integração aos refugiados deslocados é, deste modo, incorporado no atual quadro jurídico e está alinhado com o objetivo global da UE de crescimento inclusivo e de oportunidades equitativas para todos, incluindo para os migrantes.



Enquanto as medidas de integração social são sobretudo da competência do Fundo Social Europeu (FSE), as medidas planeadas do lado do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) podem incluir: investimentos significativos em infraestruturas sociais, de saúde, ensino, habitação e para crianças; recuperação de zonas urbanas degradadas; medidas tendentes a reduzir o isolamento espacial e educativo dos migrantes; criação de empresas.

Para além do auxílio a médio e longo prazo, a Comissão está pronta a examinar e adotar alterações aos programas dos Fundos EIE para responder rapidamente às emergências encontradas pelos Estados-Membros e por países fora da UE afetados pela crise dos refugiados. Embora o Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), com um orçamento superior a 3 mil milhões de euros esteja já a ser aplicado para responder às necessidades de curto prazo, é possível proceder de forma urgente à reafetação de recursos adicionais dos Fundos EIE aos migrantes e refugiados



▶ Com o financiamento da UE, um centro local de apoio à integração dos imigrantes ajudou 1 215 imigrantes em Portugal, fornecendo assistência social e jurídica, bem como contactos e informação, com vista à obtenção de acesso ao emprego.

resposta aos recentes desenvolvimentos nas áreas costeiras, foram igualmente incluídas ações específicas a favor dos imigrantes legais e dos requerentes de asilo. O programa nacional para 2014-2020 irá atribuir perto de 41 milhões de euros à reestruturação e reabilitação dos ativos confiscados à máfia, de modo a utilizá-los, principalmente, como centros de alojamento para imigrantes legais, requerentes de asilo e os destinatários de auxílio internacional e humanitário. Nestes centros, os imigrantes regulares receberão ajuda através de medidas de inclusão social e de apoio ao mercado de trabalho que serão financiadas pelo FSE.



▶ Na Alemanha, o Lotsendienst (serviço-piloto) para migrantes, financiado pelo FSE, aconselhou perto de 1 400 migrantes interessados em criarem as suas próprias empresas. 735 dos quais fizeram isso mesmo através de mediação individual. As empresas em fase de arranque também receberam apoio de instrumentos-piloto para empresas em fase de arranque durante o primeiro ano de atividade.

Na Grécia, os 13 programas regionais para o período 2014-2020 preveem o apoio do FEDER para a construção, remodelação e abertura de centros de acolhimento para migrantes. Ao abrigo do objetivo (temático) número 9 (inclusão social e pobreza) dos Fundos EIE, estão previstas intervenções adicionais, como empresas em fase de arranque inclusivas, empresas sociais, habitação social, infraestruturas para crianças, regeneração de áreas urbanas degradadas, etc. Estas intervenções podem ter como destinatários todos os grupos vulneráveis, incluindo os migrantes.

Em suma, a Comissão está a utilizar todas as formas e canais para garantir uma resposta abrangente e de base local à rápida evolução da crise de migração. Foram organizadas recentemente inúmeras visitas bilaterais à Croácia, Grécia e Eslovénia, entre outros, e muitas mais estão programadas para o próximo período. As reuniões de alto nível com as autoridades turcas, bem como a Cimeira de outubro com os Chefes de Estado ou de Governo dos países dos Balcãs Ocidentais e de todos os Estados-Membros sobre a rota da migração para a Alemanha demonstram o forte apoio da Comissão à gestão conjunta dos fluxos migratórios e o seu empenho na resposta às consequências a longo prazo da crise de migração.

▶ SAIBA MAIS
http://ec.europa.eu/priorities/migration/index_en.htm

em circunstâncias excecionais. Os investimentos prospetivos podem contemplar unidades hospitalares móveis, zonas nevralgias, água e saneamento, desenvolvimento de infraestruturas para formação profissional, alargamento de serviços sociais básicos e de cuidados de saúde, construção ou alargamento de centros de acolhimento, abrigos ou ações de reforço das capacidades dos serviços de acolhimento, etc.

Face a esta realidade, a Comissão convidou os 28 Estados-Membros a analisarem novamente as prioridades para 2014-2020 no sentido de verificarem se as medidas de integração de refugiados e migrantes requerem uma menção mais explícita e mais forte. A Itália e a Grécia, os maiores portos de entrada dos migrantes que viajam pelo Mediterrâneo, já acautelaram esta situação e reviram alguns dos programas para 2014-2020.

O programa italiano «Legalità» centra-se na promoção do Estado de direito nas regiões menos desenvolvidas, mas em

▶ PROGRAMAS DO FUNDO EIE E O SEMESTRE EUROPEU

ALINHAR INVESTIMENTOS REGIONAIS COM POLÍTICAS ECONÓMICAS MAIS ALARGADAS

Durante as discussões e preparação dos programas do Fundo Estrutural e de Investimento Europeu para 2014-2020 houve uma maior ênfase do que anteriormente nas ligações entre o investimento planeado e outras políticas económicas. Um dos principais meios utilizados para o efeito são as recomendações específicas por país (CSR)⁽¹⁾ produzidas no âmbito do processo do semestre europeu. Como é que o Semestre Europeu está a influenciar o modo como os programas nacionais e regionais abordam os investimentos planeados para 2014-2020?

O Semestre Europeu foi introduzido em 2010 como uma nova estrutura de governação económica da UE, lançada em paralelo com a Estratégia Europa 2020. Uma componente essencial do Semestre são as CSR adotadas pelo Conselho Europeu, desde 2011. As CSR baseiam-se, sobretudo, no documento de análise da Comissão Europeia (atualmente denominado Relatório por país) e identificam uma curta lista das principais prioridades em termos de política económica para cada um dos Estados-Membros nos vários domínios da política económica.

Embora as CSR não sejam o principal meio de definição de prioridades de investimento para 2014-2020, desde 2010 que as ligações entre as CSR e a programação dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (Fundos EIE) se têm desenvolvido rapidamente e as CSR influenciaram uma nova geração de programas. A legislação reconhece duas ligações principais para os Fundos EIE: a ligação entre as CSR pré-existentes e a preparação dos programas para 2014-2020 e a possibilidade de as CSR futuras poderem contribuir para a reprogramação (Vertente 1 nos termos da cláusula de condicionalidade macroeconómica).

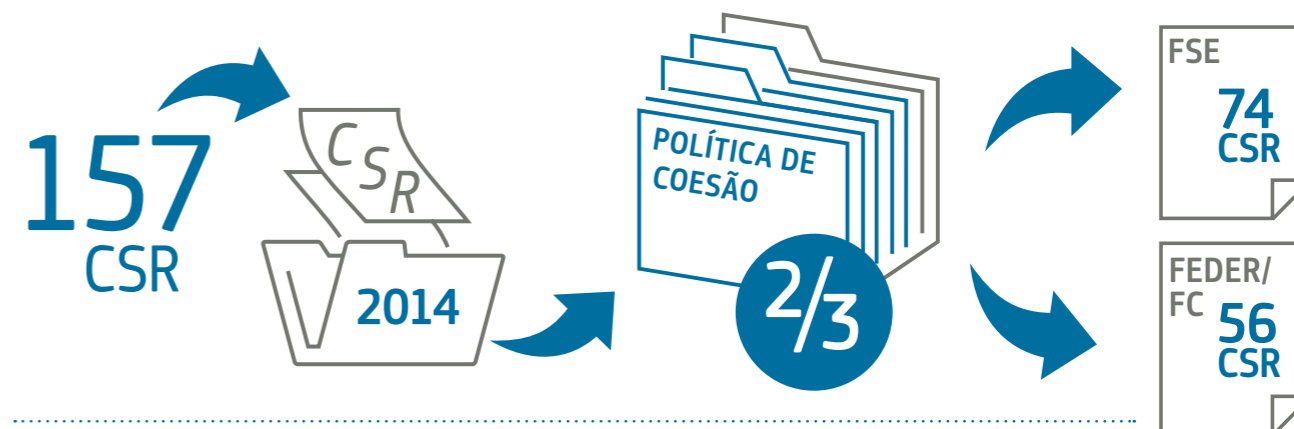
O que são CSR «relevantes para a coesão»?

Em 2014, o leque de assuntos abrangidos pelas CSR tinha-se tornado mais numeroso e assumido uma crescente importância para os Fundos EIE. No exercício de 2014, mais de dois terços de um total de 157 CSR estavam relacionadas com a política de coesão (políticas financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), pelo Fundo Social Europeu (FSE) e pelo Fundo de Coesão (FC)). Estas incluíam 74 CSR relevantes para o FSE e 56 CSR relevantes para o FEDER/Fundo de Coesão (com 20 CSR relevantes tanto para o FSE como para o FEDER/FC).

Estas recomendações «relevantes para a coesão» abrangiam um vasto leque de temas e diferentes tipos de medidas políticas e reformas estruturais. Globalmente, estavam relacionadas com 1) condições estruturais ou estratégias políticas relevantes para os programas do Fundo EIE, 2) identificação de necessidades de investimento ou 3) temas da capacidade administrativa. Os temas mais frequentemente contemplados nas CSR relevantes para o FEDER e para o Fundo de Coesão relacionavam-se com energia, recursos naturais, acesso das PME ao financiamento, I&D e inovação e capacidade administrativa. No caso do FSE, as áreas mais frequentemente abordadas eram a política para o mercado de trabalho, as reformas na educação e a inclusão social.

Curiosamente, em 2014, a grande maioria das 110 CSR dizia respeito aos Estados-Membros «menos desenvolvidos», mas apenas quatro (para a Croácia, República Checa, Itália e Roménia) faziam recomendações especificamente relacionadas com a gestão dos fundos da UE. Tirando estas exceções, nem sempre é fácil identificar quais as CSR que são ou não relevantes para a política de coesão. Nos relatórios por país do Semestre que agora antecedem as CSR provisórias da Comissão, podemos, muitas vezes, encontrar uma análise

RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS POR PAÍS (CSR) EM 2014 RELACIONADAS COM A POLÍTICA DE COESÃO



à relevância dos programas da UE para os desafios da política. Além disso, alguns Estados-Membros fizeram referências explícitas às CSR nos seus programas e acordos de parceria. Por fim, as CSR relevantes foram discutidas durante a elaboração dos programas e influenciaram os resultados, ainda que não tivessem sido especificamente referidas.

Em 2015, as CSR foram reduzidas de mais de 150 para cerca de 100, apresentando-se, de uma forma geral, mais curtas e com menos subtemas. As 102 CSR de 2015 incluem 161 recomendações políticas. Surpreendentemente, apenas 61 destas recomendações políticas são consideradas relevantes para os Fundos EIE, um número significativamente inferior ao de 2014. Todavia, a Comissão sublinhou que as recomendações específicas por país mais extensas dos anos anteriores não tinham perdido importância e que continuaria a incentivar a concretização dessas reformas.

Potencial reprogramação nos termos da cláusula de condicionalidade macroeconómica

A legislação para 2014-2020 também prevê a possibilidade de a Comissão solicitar a alteração dos acordos de parceria e dos programas operacionais adotados sempre que necessário para apoiar uma nova CSR. Note-se que, uma vez que as reformas estruturais respondem a problemas a longo prazo, tais alterações não deverão ocorrer com frequência. A Comissão reconheceu que uma reprogramação frequente pode perturbar as estratégias de investimento plurianuais. Uma alteração essencial na política, que está a dar origem a discussões antecipadas sobre a reprogramação, é a resposta da UE ao aumento dramático da migração. A **Comissária Crețu** convidou os programas a voltarem a analisar as prioridades de investimento e a considerarem a reprogramação por iniciativa própria.

Próximos passos

A associação do ciclo de programação plurianual da política de coesão às CSR a curto prazo anuais suscitou preocupações entre as partes interessadas na política de coesão. É verdade que as CSR são atualizadas todos os anos e podem estar associadas a prioridades políticas a curto prazo. No entanto, na prática, as CSR que têm sido associadas à política de coesão têm uma natureza de médio e longo prazo, ainda que a Comissão – ao propor estas CSR – esteja a incentivar os Estados-Membros a dar prioridade a um processo de reforma.

Em termos de ligações futuras entre os Fundos EIE e o Semestre Europeu, é provável que os principais desafios a abordar nos próximos anos incluam: demonstrar o contributo dos Fundos EIE para as prioridades económicas da UE, nacionais e regionais, incluindo o contributo para as CSR relevantes; encontrar o equilíbrio certo entre os objetivos de médio e longo prazo dos investimentos dos Fundos EIE e as agendas políticas definidas nas CSR anuais; utilizar as margens nos programas dos Fundos EIE para responder com flexibilidade a alterações importantes de necessidades e reprogramar quando necessário; determinar se e como é que as disposições de condicionalidade macroeconómica (Vertente 1) serão usadas para a reprogramação estratégica.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/europe2020/making-it-happen/country-specific-recommendations/index_pt.htm

(1) Neste artigo, será usada a abreviatura inglesa das recomendações específicas por país (CSR).



▶ PÁGINA DA DIREITA
Corina Crețu e Lambert van Nistelrooij
com os representantes dos quatro
projetos vencedores.

▶ Lambert van Nistelrooij,
Presidente do Júri

▶ PROJETOS INSPIRADO- RES DA POLÍTICA DE COESÃO CELEBRADOS NOS PRÉMIOS REGIOSTARS 2015

OS QUATRO PROJETOS
VENCEDORES

Durante a cerimónia de entrega dos Prémio RegioStars, no Bozar, Bruxelas, a 13 de outubro de 2015, a Comissária da Política Regional, **Corina Crețu**, e o presidente do júri do RegioStars, o deputado do Parlamento Europeu **Lambert van Nistelrooij**, anunciaram os vencedores dos prestigiados Prémios RegioStars Awards, que celebram os projetos mais inovadores e inspiradores da Europa apoiados pelos fundos da política de coesão.

De um total de 143 participações, o júri identificou 17 projetos de desenvolvimento regional e urbano originais e inovadores que foram incluídos na última ronda de apreciação e considerados para receberem um prémio. Estes projetos-piloto concorriam nas categorias de Crescimento Inteligente, Crescimento Sustentável, Crescimento Inclusivo e CityStar.

Os finalistas eram provenientes de regiões e cidades de 15 Estados-Membros: Áustria, Bulgária, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia e Suécia. O âmbito de operações variava desde o apoio a pequenas empresas, através da inovação em TIC e da construção energeticamente eficiente, até à inclusão social e iniciativas no campo do planeamento urbano.

Os finalistas e os vencedores dos RegioStars são excelentes exemplos da criatividade e do empenho dos europeus, bem como daquilo que é possível realizar com a ajuda dos fundos da UE.

▶ SAIBA MAIS
http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/regio-stars-awards

▶ CRESCIMENTO INTELIGENTE

Libertar o potencial de crescimento das PME rumo a uma economia digital.



▶ «SCANDINAVIAN GAME DEVELOPERS»

Midtjylland (Dinamarca) e Västsverige (Suécia)
Este projeto oferece aconselhamento e formação a jovens empresários na indústria de jogos digitais da Escandinávia e ajuda-os a criar empresas viáveis num ambiente altamente competitivo para as empresas. A incubadora de empresas em Grenå (Dinamarca) utiliza um modelo empresarial desenvolvido em parceria com a universidade sueca de Skövde e registou a criação de 22 novas pequenas empresas, que empregam atualmente 67 pessoas.

▶ www.videndjurs.dk

▶ CRESCIMENTO INCLUSIVO

Integração na sociedade da população em risco de exclusão social.



▶ «DIRITTI A SCUOLA»

Apúlia (Itália)

Com base numa abordagem mista de educação e cuidados sociais, este projeto reduziu significativamente o abandono escolar precoce que se verificava na região. O projeto forneceu aconselhamento, orientação escolar e mediação intercultural, beneficiando tanto os estudantes como as suas famílias. A percentagem de estudantes de 15 anos com capacidade de leitura limitada foi reduzida para 16,7% em 2012, ficando abaixo da meta nacional de 20%. Ao mesmo tempo, a taxa de abandono escolar precoce diminuiu de 30,3%, em 2003, para 19,9%, em 2013. No total, mais de 50000 estudantes e 10000 famílias beneficiaram do programa que lhes deu uma nova oportunidade de um melhor futuro.

▶ www.pugliausr.it/default.aspx?Page=Office_Section&code=132&tipo=1

▶ CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Mobilizar investimentos em eficiência energética para benefício dos cidadãos e da sociedade.

▶ PICSA

Andaluzia (Espanha)

O programa de construção sustentável na Andaluzia investiu na renovação energética dos edifícios e na reabilitação de zonas urbanas, aumentando a competitividade do setor da construção e a criação de empregos qualificados. Não só tornou o setor da construção da região mais ecológico, como contribuiu para criar empregos, e um dos seus objetivos principais é também sensibilizar o público para a importância da eficiência energética e da construção sustentável. O projeto alcançou uma poupança de energia de 26000 toneladas/ano, evitou a emissão de 62000 toneladas de CO₂ e deverá criar milhares de postos de trabalho nos próximos anos.



▶ www.agenciaandaluzadelaenergia.es/ciudadania/programa-de-impulso-la-construccion-sostenible-de-andalucia/

▶ CITYSTAR

Transformar as cidades para os desafios futuros.

▶ «EUROCIDADE CHAVES-VERIN»

Galiza (Espanha) e Norte de Portugal (Portugal)

As cidades de Chaves e Verín uniram esforços para criar uma «eurocidade» através de uma oferta comum de serviços e instalações municipais, incluindo ações conjuntas culturais, comerciais, desportivas, de lazer, e ligadas ao turismo e à promoção do espírito empresarial. O projeto demonstra que a integração institucional, económica, social e cultural das duas cidades transfronteiriças é possível e gera benefícios reais em termos de redução de custos, uma maior eficiência e uma oferta mais diversificada nos serviços municipais para os seus cidadãos.

▶ <http://en.eurocidadechavesverin.eu/>



▶ BULGÁRIA – CRESCIMENTO CONSTANTE DEIXA CRISE PARA TRÁS



A Panorama conversou com o Vice-Primeiro-Ministro Tomislav Donchev sobre a forma como a política de coesão está a ajudar a Bulgária a progredir com êxito e sobre os planos do país para o financiamento futuro.

▶ **A Comissão Europeia adotou o Acordo de Parceria com a Bulgária em agosto de 2014. Quais os passos dados desde essa data?**

Na Bulgária, as prioridades dos Fundos EIE estão estruturadas em dez programas, nove dos quais foram já aprovados. As estruturas de gestão são, em larga medida, iguais às do período de 2007-2013, mas, ao criarmos sistemas de gestão e controlo, apoiámo-nos na nossa experiência com vista a simplificar os processos sem comprometer a eficácia do controlo. Nomeámos, recentemente, as primeiras autoridades, incluindo uma para o maior programa do FSE, que apoia atividades relativas a mercado de trabalho, inclusão social e emprego jovem, o que é extremamente importante para sustentar as mudanças ascendentes na economia búlgara, que começou agora a sair da crise. Estamos a trabalhar para melhorar ainda mais o quadro jurídico com uma nova lei sobre a gestão dos Fundos EIE. A sua aprovação no Parlamento está para breve.

▶ **Que importância adquiriram os fundos de coesão da UE desde a adesão da Bulgária à UE?**

Os investimentos efetuados com os fundos da UE tiveram um impacto significativo no desenvolvimento social e económico do país, atenuando alguns dos principais desafios que enfrentamos. Estima-se que o efeito sobre o valor do PIB real se traduza num crescimento de 7,2% superior ao cenário «zero». O emprego cresceu 4,5% mais do que teria sido possível sem os fundos e os investimento privados também aumentaram em 26,9%.



▶ Esta estação de tratamento mecânica e biológica em Sofia tem capacidade para processar 410 000 toneladas de resíduos por ano e produzir combustível derivado de resíduos para cogeração.

Em termos práticos, os fundos afetam praticamente todos os cidadãos da Bulgária, com a renovação de mais de 1 000 edifícios públicos (para fins educativos, sociais e culturais) e com a construção ou renovação de 1 116 km de estradas, 424 km de caminhos de ferro, 262 km de autoestradas e 21 km de linhas de metro. Os projetos urbanos melhoraram diretamente a vida de 3,5 milhões de pessoas e os investimentos ambientais em infraestruturas de gestão de água, esgotos e resíduos servem agora metade da população do país.

Os Fundos EIE continuarão a ser uma importante fonte de investimento público. No período de 2014-2020 estamos, todavia, mais focados na educação e na I&D. As novas prioridades de investimento incluem também a diminuição da emissão de gases com efeito de estufa, a gestão do risco ambiental e a qualidade do ar. Tudo isto visa um melhor cumprimento dos objetivos da política de crescimento inteligente, sustentável e inclusiva. Em termos de abordagem em matéria de gestão, centramos a nossa atenção numa simplificação cada vez maior, num melhor acesso aos fundos e numa melhor transparência e responsabilização. Por outras palavras, pretendemos uma forte orientação para os resultados, uma utilização mais abrangente de uma abordagem integrada e o retorno sobre o dinheiro público.

▶ **Em que medida é que os organismos locais e regionais estão envolvidos na gestão dos vários PO na Bulgária?**

Os municípios búlgaros implementam quase metade das operações – tanto a nível de projetos de infraestruturas como de medidas «ligeiras». Dispõem dos locais institucionais adequados, assim como da experiência prática para participarem ativamente em todas as fases do ciclo do programa.

A importância das cidades na execução da Estratégia Europa 2020 e a dimensão urbana da política de coesão acentuam ainda mais o papel das autoridades locais na gestão dos Fundos EIE. Estas assumem mais responsabilidades e atuam como organismos intermédios no quadro do desenvolvimento urbano sustentável.

▶ **Em que medida é que os instrumentos financeiros (IF) serão utilizados pela Bulgária?**

A Bulgária teve uma experiência muito positiva com os IF no período de 2007-2013. No final de 2014, a iniciativa JEREMIE tinha aplicado mais de 600 milhões de euros em mais de 6 300 PME e em 320 empresas em fase de arranque. A iniciativa JESSICA apoiou a regeneração urbana e medidas de desenvolvimento nas cidades e os montantes agregados aprovados e aplicados ascendem a mais de 40 milhões de euros.

Em 2014-2020 iremos utilizar a nossa experiência e alargar o âmbito dos IF. Alargaremos a cobertura temática dos instrumentos financeiros de modo a incluir o ambiente, bem como uma diversidade de instrumentos. Será dada uma atenção especial ao apoio ao empreendedorismo e às empresas em fase de arranque, abrangendo um vasto leque de produtos para ajudar o mercado e aumentar a escala de ideias economicamente robustas. O montante total de fundos atribuídos aos IF é de cerca de 650 milhões de euros, em seis Programas Operacionais. Os fundos serão canalizados através de um «fundo de fundos» estatal que vai assegurar a economia de escala dos custos de gestão, ajudar a uniformizar procedimentos, aumentar a alavancagem e permitir obter uma melhor sinergia no financiamento de subsídios. A Bulgária atribuiu ainda 102 milhões de euros à Iniciativa PME.

▶ **Que resultados espera obter no final do período de sete anos?**

De acordo com a nossa modelização económica, até ao fim de 2020 podemos esperar um crescimento real do PIB de mais 9,3% em comparação com o cenário básico. Isto pode ser atribuído aos efeitos a longo prazo tanto dos investimentos realizados em 2007-2013, como no período 2014-2020.

Em termos de orientação para os resultados, até 2023 isto significa um aumento de 30% nas atividades de inovação/I&D das empresas, um aumento de 10% da atividade empreendedora, uma redução de 11% na percentagem de abandonos escolares precoces na faixa etária dos 18-24 anos, um aumento de, pelo menos, 36% na percentagem de pessoas com 30-34 anos com educação superior, conseguir que 3% da população entre os 25-64 anos participe em ações de aprendizagem ao longo da vida e uma redução de 50% no prazo dos serviços administrativos em comparação com 2013, etc.

▶ **SAIBA MAIS**
www.eufunds.bg/en/

▶ PAÍS DE GALES – INCENTIVAR O CRESCIMENTO E O EMPREGO ATRAVÉS DA POLÍTICA DE COESÃO



▶ A Ministra das Finanças e do Governo de Negócios Jane Hutt com o Professor Richard B. Davies, Vice-Reitor da Universidade de Swansea durante a construção do Campus Swansea Bay para a Inovação.

Um ano após o lançamento dos programas dos Fundos Estruturais da UE para 2014-2020, a Ministra das Finanças e do Governo de Negócios do País de Gales, Jane Hutt, conversou com a *Panorama* sobre a importância dos Fundos da UE para a construção de uma economia galesa sustentável e próspera.

▶ Quais foram os progressos alcançados desde que o País de Gales lançou o seu programa para 2014-2020?

O País de Gales foi a primeira nação do Reino Unido, e uma das primeiras da UE, a ter os seus programas dos Fundos Estruturais para 2014-2020 aprovados pela Comissão Europeia – o que foi possível graças à forte cooperação entre o Governo galês e os parceiros económicos e sociais a nível do País de Gales, do Reino Unido e da União Europeia.

Estou empenhada em pôr rapidamente em prática a execução dos nossos programas de financiamento da UE, para que os investimentos vitais continuem a afluir para a economia galesa. Fizemos grandes progressos, ao investir perto de 400 milhões de libras – um quinto da afetação total de fundos da UE – em organizações públicas, privadas e voluntárias de todo o País de Gales e ao impulsionar um investimento total de 880 milhões de libras.

Transformar o País de Gales numa nação inovadora e globalmente competitiva é um dos principais objetivos da agenda do Governo galês para impulsionar a prosperidade e fiquei muito satisfeita por o nosso primeiro anúncio e de financiamento ter sido o contributo de 20 milhões de libras do Fundo



Estes são apenas alguns exemplos do importante papel dos fundos da UE para ajudar a transformar a nossa economia e aumentar a prosperidade de todos os cidadãos galeses, através de investimentos na competitividade das empresas, na investigação e inovação, nas qualificações, no emprego, nas energias renováveis, na conectividade digital e urbana e na juventude.

O Campus Swansea Bay para a Inovação está situado num terreno de 65 acres (26,3 hectares) que pertencia à BP Transit, em Neath Port Talbot, e é uma das poucas universidades a nível mundial com acesso direto a uma praia e com o seu próprio passeio marítimo. Através do financiamento do FEDER, entre outros, a universidade quer transformar-se num centro líder em investigação e inovação.

Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para a construção do novo Centro de Empresas e Inovação da Universidade de Aberystwyth, no centro de Gales. O desenvolvimento de última geração, no valor de 35 milhões de libras, permitirá a colaboração entre investigadores e a indústria, transformando ideias pioneiras de dinamização da bioeconomia em sucessos comerciais e globais.

Outro importante investimento dos fundos da UE envolve um programa de energia marítima no Norte de Gales. Com um apoio de 10 milhões de libras do FEDER, o Minesto irá conceber, fabricar e testar um dispositivo de baixa velocidade – denominado «Deep Green» (Verde Intenso) – para produzir eletricidade para milhares de casas a partir das marés e das correntes oceânicas. Com a segunda maior amplitude de marés a nível mundial, o País de Gales tem o potencial para se tornar um líder mundial no campo inovador da energia marítima e impulsionar um futuro assente em baixas emissões de carbono. Este investimento da UE também criou condições para atrair investimento para o interior, com a empresa sueca determinada em estabelecer no País de Gales a sua sede do Reino Unido.

▶ Que papel desempenharam as parcerias na geração de crescimento no País de Gales até à data?

As parcerias são, obviamente, essenciais ao sucesso da aplicação dos fundos da UE no País de Gales e trabalhamos em conjunto com os nossos parceiros para maximizar o impacto dos nossos investimentos, alinhando-os com oportunidades de crescimento existentes e emergentes em áreas territoriais e setores essenciais, incluindo regiões urbanas e zonas industriais.

Esta abordagem foi catalisadora para um dos mais importantes projetos da economia do conhecimento na Europa – o Campus Bay para a Ciência e Inovação da Universidade de Swansea, um investimento de 450 milhões de libras. Com o apoio do FEDER, do Banco de Investimento Europeu, do Governo galês e de outros investimentos públicos e privados, o campus abriu as suas portas a milhares de estudantes, investigadores e empresas em setembro de 2015.

Só durante a fase de construção foram criados mais de 1000 postos de trabalho, fornecendo competências e oportunidades para a cadeia de fornecimento na região. Para este

sucesso contribuirá um ambiente dinâmico de investigação e este é um exemplo notável do impacto que os fundos da UE podem ter na região – um sentimento recentemente evocado no Parlamento Europeu quando o projeto foi aí apresentado.

▶ Que benefícios retirou o País de Gales da colaboração com outras regiões da UE?

Embora os Fundos Estruturais da UE desempenhem um papel vital na nossa região, a crescente participação das organizações galesas noutros programas financiados pela UE, como o Horizonte 2020 e o Programa de Cooperação Territorial Europeia, é também essencial para dar continuidade à política do Governo galês de trabalhar em parceria com outras regiões da UE e promover o País de Gales a nível internacional. Estas constituem uma importante plataforma para transcendermos as nossas fronteiras geográficas, no sentido de resolvermos problemas económicos, sociais e ambientais, bem como de partilharmos e desenvolvermos os nossos conhecimentos.

Em outubro, na conferência sobre a Cooperação Territorial Europeia no País de Gales, que decorreu em Bruxelas e na qual participaram representantes e partes interessadas da Irlanda, Polónia, França, Espanha, Alemanha, Itália, Bélgica, Finlândia e Reino Unido, expliquei como é que pretendemos maximizar o envolvimento galês nestes programas e aumentar o trabalho conjunto com os nossos parceiros da UE.

No competitivo programa de investigação e inovação Horizonte 2020, o desempenho do País de Gales tem sido bastante promissor, com as organizações galesas a beneficiarem já de perto de 25 milhões de libras em fundos da UE destinados a ajudar a impulsionar a nossa economia do conhecimento. A Microsemi Corporation, um fornecedor multinacional de soluções de semicondutores com sede no Sul de Gales, atraiu com êxito perto de 320000 libras para apoio ao projeto MEDILIGHT – desenvolvimento de um dispositivo médico para melhorar o tratamento profissional de feridas – avaliado em 2,5 milhões de libras.

Em novembro, o País de Gales foi o anfitrião da conferência IQNet, em Cardiff. Representantes de várias autoridades de gestão da UE reuniram-se para debater a «Simplificação», um princípio de conceção essencial promovido pela Comissão que pode produzir benefícios tangíveis para as organizações que acedem e executam projetos comunitários.

Os Fundos da UE estão a ajudar-nos a alcançar os nossos objetivos. Estou certa de que nos ajudarão a criar um legado duradouro para as pessoas, empresas e comunidades de todo o País de Gales, bem como uma sociedade mais próspera e inclusiva para todos.

▶ SAIBA MAIS
www.gov.wales/eu-funding
OU SIGA-NOS EM @wefowales

▶ ERRIN – PROMOVER AS VOZES REGIONAIS NA INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO EUROPEIAS

A Rede de Investigação e Inovação das Regiões Europeias (ERRIN) está a reforçar a cooperação regional para a investigação e exploração de aspetos práticos da especialização inteligente através do método «jornada de aprendizagem» com 10 das regiões-membros. Com isto, a ERRIN promove uma transferência aberta e rápida de conhecimentos e melhores práticas, ajudando assim a aumentar o impacto dos projetos regionais.

A ERRIN é uma plataforma de partes interessadas regionais sediada em Bruxelas, cujo objetivo é a promoção das capacidades de investigação e inovação em todas as regiões da UE através dos seus 14 grupos de trabalho.

Fundada em 2001, a ERRIN tem, atualmente, mais de 120 membros de 23 países. O intercâmbio de conhecimentos entre membros é o principal método utilizado para aumentar a competitividade regional, com ênfase nas ações conjuntas e nos projetos em parceria, de modo a reforçar a investigação regional e apoiar o desenvolvimento de projetos.

Através destas ações, a ERRIN procura contribuir para a implementação da política europeia de investigação e inovação e destacar o papel que as estratégias de especialização inteligente podem desempenhar no desenvolvimento de sinergias entre os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus e o financiamento à investigação na UE com vista a aumentar a competitividade regional.

«O nosso objetivo é apoiar o desenvolvimento de ecossistemas de investigação e inovação eficazes nas regiões da UE e incentivar a colaboração regional», afirma Richard Tuffs, Diretor da ERRIN.

«A inovação é vista agora como o motor do desenvolvimento económico. Há um novo papel para as regiões ficarem mais “unidas” no interior e colaborarem melhor no exterior da sua própria região. É importante reduzir a lacuna entre capacidade de inovação tanto dentro das regiões como entre regiões. A Europa precisa de toda a inovação possível», prosseguiu Tuffs.



«As regiões conhecem o seu contexto de investigação e inovação e estão na melhor posição para desenvolverem estratégias regionais de inovação e especialização inteligente que identifiquem e promovam as suas vantagens competitivas.»

▶ RICHARD TUFFS – DIRETOR DA ERRIN

Especialização inteligente

O grupo de trabalho da ERRIN para a especialização inteligente tem vindo a estudar o suporte analítico do conceito de especialização inteligente e a partilhar as melhores práticas na sua aplicação.

As Estratégias de Inovação Regionais para a Especialização Inteligente (RIS3) tornaram-se um pré-requisito para o desenvolvimento dos Programas Operacionais dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus. A especialização inteligente é um elemento essencial da política de coesão da UE no período 2014-2020, o que significa que influencia a despesa e as abordagens com vista a estimular a atividade de investigação e inovação.

Jornada de aprendizagem

Para apoiar a cooperação em matéria de investigação e inovação, a ERRIN está envolvida num projeto europeu de investigação denominado «SmartSpec», que inclui uma «jornada de

aprendizagem» destinada a reforçar a compreensão do conceito de especialização inteligente e a ligar a teoria à prática.

O projeto envolve 10 regiões-membros da ERRIN que organizam workshops nos quais partilham as suas estratégias de especialização inteligente e debatem aspetos específicos, como questões de governação ou o desenvolvimento de polos.

«A jornada de aprendizagem é uma ferramenta bastante rica e útil para aprender e partilhar preocupações, dificuldades e boas práticas», explica Tuffs. «Este processo ajuda a aumentar a compreensão e promove o intercâmbio de experiências e de práticas entre as regiões, nomeadamente entre os representantes envolvidos no desenvolvimento de estratégias de especialização inteligente», acrescenta.

Além disso, as reuniões nas 10 regiões funcionam como uma plataforma comum de parceiros que podem trabalhar em conjunto na preparação de novas ideias de colaboração no âmbito das RIS3, identificando sinergias, entraves ao processo de implementação e novos desafios para futuros projetos conjuntos.

Polos criativos e especialização inteligente

Uma destas jornadas de aprendizagem decorreu em Matera, comuna da região italiana da Basilicata que é património mundial da UNESCO. Esta reunião de dois dias incidiu no papel dos polos criativos nas estratégias de especialização inteligente.

Às 10 regiões participantes juntaram-se dois académicos (os Professores Kevin Morgan da Universidade de Cardiff [RU] e Fiorenza Belussi da Universidade de Pádua [IT]) para um dia inaugural de debates e partilha de ideias. No segundo dia, representantes de Matera – incluindo decisores políticos, empresários e ativistas sociais – reuniram-se para discutir a forma como a cidade está a utilizar o seu património único para gerar oportunidades de desenvolvimento económico.

«Um objetivo adicional da jornada de aprendizagem é a exploração da base teórica subjacente ao conceito de especialização inteligente em diferentes configurações regionais e o aprofundamento da nossa compreensão sobre os pontos fortes e fracos da abordagem», explica Tuffs.

«As informações recolhidas junto das regiões ajudarão a reforçar os suportes analíticos do conceito de especialização inteligente e contribuirão para uma orientação metodológica para a prática, gerando conhecimentos estratégicos para os decisores políticos», afirma.

Papel fundamental na investigação e inovação

Tuffs sublinha que as regiões podem e devem desempenhar um papel crucial no desenvolvimento e na implementação do programa europeu Horizonte 2020.



▶ Alguns representantes de Bruxelas das regiões parceiras do projeto PLACES: (DA ESQUERDA PARA A DIREITA) Zoltan Balogh, Claire Robertson, Henriette Hansen, Martina Hilger, Richard Tuffs e Anett Ruszanov.



▶ A Equipa do Secretariado da ERRIN: (DA ESQUERDA PARA A DIREITA) Richard Tuffs, Anett Ruszanov, Ryan Titey e Andrea Lagundzija.

«As regiões conhecem o seu contexto de investigação e inovação e estão na melhor posição para desenvolverem estratégias regionais de inovação e especialização inteligente que identifiquem e promovam as suas vantagens competitivas.» Prossegue dizendo, «Uma vez estabelecidas estratégias de especialização inteligente para apoiar a respetiva região, é necessário incentivar um trabalho em rede ativo com outras regiões da Europa, e não só, para a transferência de conhecimentos, o estabelecimento de parcerias e o apoio a oportunidades comerciais.»

É através de estratégias de especialização inteligente verdadeiramente ascendentes que as regiões podem identificar as suas vantagens competitivas. O investimento europeu pode então ser canalizado para estas prioridades de modo a garantir o máximo de impacto.

▶ SAIBA MAIS
www.errin.eu

▶ INTERREG A 25

CELEBRAÇÕES E UM INQUÉRITO EUROBARÓMETRO ASSINALAM ESTE MARCO

Após 25 anos de cooperação transfronteiriça, ainda há um significativo potencial económico das regiões fronteiriças por explorar, devido a uma falta de confiança ou à existência ocasional de atitudes negativas entre países vizinhos. Para ajudar a garantir que os investimentos futuros são tão eficazes quanto possível, a Direção-Geral da Política Regional e Urbana levou a cabo o primeiro inquérito Eurobarómetro destinado a identificar as atitudes dos cidadãos que vivem em áreas fronteiriças.

Um terço dos cidadãos da UE vive em áreas fronteiriças e a cooperação entre regiões ou países vizinhos tem, frequentemente, um impacto direto ou indireto nas suas vidas. A Cooperação Territorial Europeia (os programas Interreg) tem por objetivo ajudar a ultrapassar os eventuais obstáculos que se colocam a estes cidadãos.

A Comissão Europeia espera utilizar os resultados deste inquérito Eurobarómetro, que avalia as opiniões e atitudes das pessoas que vivem nas regiões fronteiriças da UE, para superar os obstáculos reportados. A identificação e o levantamento destas atitudes pode ajudar a melhorar a orientação dos projetos e dos investimentos da UE. Os resultados foram, de um modo geral, positivos, mas também apresentaram mais algumas tendências negativas às quais é necessário fazer face através de programas e ações por parte das autoridades de gestão.

Dois terços da população fronteiriça não conhecem o Interreg

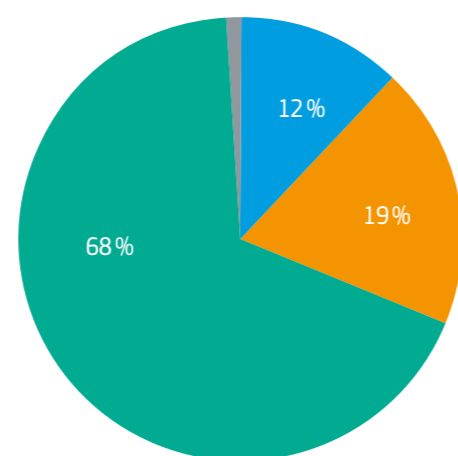
Em termos gerais, 34% dos inquiridos conhecem os investimentos da UE genericamente e 75% têm opiniões positivas sobre os impactos que os fundos da UE podem ter na vida dos contribuintes.

Contudo, um dado importante sobre o qual se deve refletir é o facto de a maioria (68%) das pessoas que vivem em áreas fronteiriças desconhecer as atividades de cooperação transfronteiriça financiadas pela UE nas suas regiões. Perto de 12% conhecem-nas e cerca de 19% já ouviram falar delas, mas não sabem exatamente quais são.

CONHECIMENTO SOBRE AS ATIVIDADES TRANSFRONTEIRIÇAS

PERGUNTA

Já ouviu falar de alguma atividade de cooperação transfronteiriça financiada pela UE na região onde vive?



■ Sim, e sabe do que se trata
■ Sim, mas não sabe exatamente do que se trata
■ Não
■ Não sabe

Fonte: Eurobarómetro

Desenvolver a confiança existente

Existe, porém, uma sólida base para começar a melhorar a colaboração transfronteiriça, uma vez que, na sua maioria, os europeus confiam uns nos outros. Perto de 61% dos inquiridos concordaram que a maioria das pessoas é de confiança – os inquiridos a viver nos países escandinavos são, geralmente, os que mais confiam nos homólogos transfronteiriços.

Não se verificaram grandes diferenças no que respeita ao grau de à vontade com que os inquiridos encaram o facto de terem um cidadão de um país parceiro como vizinho (59% sentem-se totalmente à vontade), colega de trabalho ou membro da família (ambas 58%). Sentem-se, porém, menos confortáveis em terem um cidadão de outro Estado-Membro como diretor (49%).

Cerca de 55% dos inquiridos consideram que viver junto à fronteira com um país parceiro não tem qualquer impacto, enquanto 37% encaram isto como uma oportunidade e 4% pensam que é um obstáculo.

Resolver problemas, eliminar obstáculos

O que é que torna a cooperação transfronteiriça difícil? Os cidadãos que responderam ao inquérito deixaram indícios claros. Antes de mais, estão bem cientes de que a cooperação transfronteiriça é um exercício difícil: 81% dos inquiridos conseguem identificar um problema em, pelo menos, um assunto relacionado com a cooperação transfronteiriça.

As diferenças linguísticas são a barreira mais apontada pelos inquiridos à cooperação entre o seu país e um país parceiro (57%). As diferenças linguísticas são particularmente citadas como um problema pelos inquiridos em programas que envolvem a Alemanha e a Polónia e a Alemanha e a República Checa (cerca de 80%). Mais de quatro em cada 10 inquiridos consideram as diferenças sociais ou económicas ou as diferenças jurídicas ou administrativas como problemáticas, enquanto, pelo menos, três em cada 10 consideram que as dificuldades advêm das diferenças culturais ou de acessibilidade. As diferenças culturais são mais frequentemente mencionadas como um problema na zona ao longo da fronteira entre a Alemanha e a Polónia. A acessibilidade

foi mais vezes referida como um problema importante na Europa Ocidental do que no Leste.

Renovar os esforços de comunicação

Os dados recolhidos são pormenorizados e úteis para o trabalho a realizar. Podem ser divididos por Estado-Membro e por programas e também é possível consultar os resultados por género, idade, educação ou atividade ocupacional.

Estas informações devem ser consideradas vitais para as autoridades dos programas no momento de elaborarem as respetivas estratégias de comunicação dos programas de cooperação para 2014-2020. A DG da Política Regional e Urbana já está a trabalhar de perto com as autoridades dos programas com vista a garantir que a informação recolhida através deste exercício é aproveitada.

A Comissão tenciona levar a cabo este inquérito regularmente de modo a poder analisar as tendências que vão emergindo e adaptar as suas políticas em conformidade.

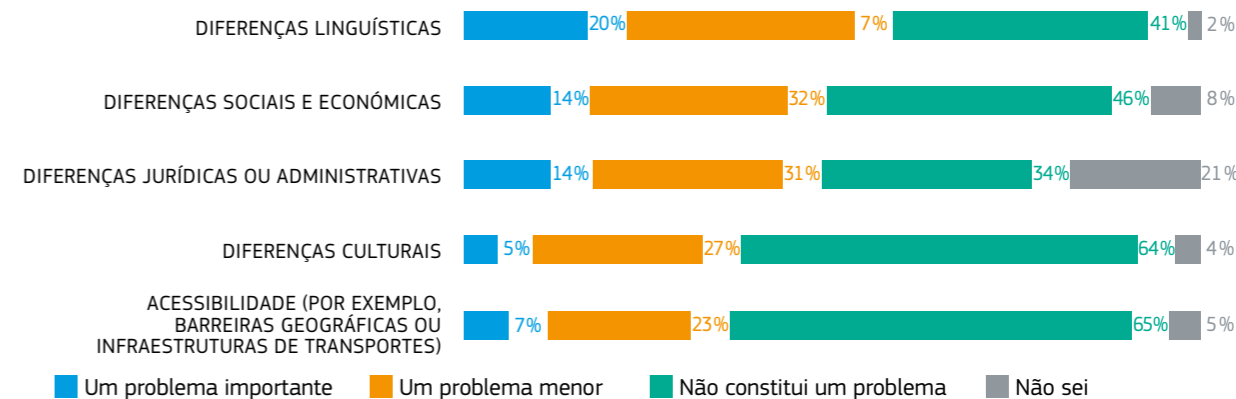
Histórias das comemorações do aniversário do Interreg

O Interreg comemorou o seu 25.º aniversário em 15-16 de setembro, em Belval, no Luxemburgo, com uma conferência co-organizada pela Presidência luxemburguesa da UE e pelo Interact. A ocasião foi um momento importante para fazer o balanço do passado e para refletir no futuro do Interreg. Desenvolveram-se diversas atividades de comunicação especificamente para o evento, no qual foram apresentados os resultados do inquérito Eurobarómetro sobre a Cooperação Transfronteiriça na UE.

PERCEÇÃO DE OBSTÁCULOS

PERGUNTA

Pensando na cooperação entre [O SEU PAÍS] e [O PAÍS DO PROGRAMA], em que medida as afirmações seguintes constituem um problema?



Fonte: Eurobarómetro



▶ O Diretor-Geral Adjunto da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia, Nicholas Martyn, assinalou os 25 anos do financiamento Interreg com Mervyn Watley (à direita) do Parque de Ciências da Irlanda do Norte em outubro.

AS ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO SOBRE AS COMEMORAÇÕES DOS 25 ANOS FORAM VARIADAS

▶ Desde o contributo do «Drawnalism», que «contou a história» do evento...



▶ ... até à «Slam Competition» entre projetos Interreg.

As atividades de comunicação sobre as comemorações dos 25 anos foram variadas: Desde o contributo do «Drawnalism», que «contou a história» do evento, até à «Slam Competition» entre projetos Interreg; desde o filme de animação «Borders, not barriers», até ao documentário para TV «Le Dessous des Cartes».

Simultaneamente, realizou-se a Mostra itinerante para quadros superiores. Esta incluiu uma série de visitas a regiões fronteiriças para promover a consulta pública sobre «Superação de obstáculos nas regiões fronteiriças», que decorreu entre 21 de setembro e 21 de dezembro de 2015.

O discurso de encerramento do Diretor-Geral Walter Deffaa revelou o sentimento por trás dos diferentes eventos: «O Interreg é um jovem de 25 anos que se prepara para os desafios da vida adulta com um entusiasmo renovado!»

▶ SAIBA MAIS
http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/conferences/interreg25/

▶ NAS SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS

O PARECER DAS PARTES INTERESSADAS SOBRE A POLÍTICA DE COESÃO 2014-2020

A Panorama agradece o seu contributo!

«Nas suas próprias palavras» é a secção da *Panorama* onde as partes interessadas ao nível local, regional, nacional e europeu apresentam os seus pareceres sobre a política de coesão reformada e os seus planos para o período de 2014-2020.

A *Panorama* agradece o seu contributo no seu idioma, que poderá ser incluído em futuras edições. Contacte-nos para obter mais informações sobre os prazos e as diretrizes para a entrega do seu contributo.

▶ regio-panorama@ec.europa.eu

▶ POLÓNIA

▶ DESENVOLVER UMA ÁREA METROPOLITANA INTEGRADA E SUSTENTÁVEL



A implementação dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI) através da criação da Área Metropolitana de Łódź (ŁMA) é um dos maiores e mais importantes elementos do Programa Operacional Regional de 2014-2020 na Região de Łódź, coordenado pela cidade de Łódź. O plano de ação «Estratégia de Desenvolvimento para a Área Metropolitana de Łódź 2020+», cofinanciado pelo FEDER, visa ajudar a concretizar os objetivos da estratégia Europa 2020 de forma mais sustentável e eficaz.

Com uma área de 2 499 km², a ŁMA tem uma população de 1,1 milhões de pessoas e gera, aproximadamente, 50% do PIB regional. A Associação da Área Metropolitana de Łódź, que é responsável pela coordenação da implementação da Estratégia e atua como uma associação de ITI, inclui 31 unidades governamentais autónomas locais espalhadas por cinco distritos e visa promover a cooperação e a integração entre as administrações locais da cidade.

As ações levadas a cabo no âmbito dos ITI serão cofinanciadas pela UE através do Programa Operacional Regional de 2014-2020 para a Região de Łódź, cujo contributo ascenderá a um total de 226 milhões de euros. Os principais objetivos da ŁMA foram adotados em julho de 2014 e funcionam como uma estratégia geral para a Área Metropolitana, bem como uma estratégia operacional para os Investimentos Territoriais Integrados.

Estes objetivos incluem a renovação de zonas degradadas com vista à criação de um ambiente acolhedor e mais seguro, que promova a inclusão social e, ao mesmo tempo, incentive as atividades económicas, o desenvolvimento de um sistema integrado e sustentável de transportes metropolitanos, o desenvolvimento de uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono e eficiente em termos de recursos para maior proteção do ambiente, o desenvolvimento dos recursos humanos e do capital social, procurando construir uma sociedade da informação mais forte, e o reforço das funções da área metropolitana garantindo, desta forma, a sua coesão.

A Associação espera apoiar atividades que assegurem uma gestão eficiente da Área Metropolitana de Łódź e está empenhada em estimular o intercâmbio de ideias e de experiências entre municípios e países diferentes. Por fim, está igualmente a encorajar e a apoiar a investigação académica sobre o funcionamento da Área Metropolitana de Łódź e o seu desenvolvimento futuro.

MAREK CIEŚLAK – Vice-Presidente da Associação da Área Metropolitana de Łódź

▶ DINAMARCA

▶ UMA POLÍTICA DE COESÃO DE BASE LOCAL PODE RESOLVER DESAFIOS SOCIOECONÓMICOS



Para mim é um privilégio ter uma participação profissional na parceria e na construção de consenso numa área tão importante como a política de coesão. Em termos gerais, posso ser considerado um genuíno apoiante da política de coesão.

Após 16-17 anos como responsável pela autoridade de gestão do FEDER e – desde 2004 – também do FSE na Dinamarca, o meu apoio ficou, contudo, subordinado a uma série de pré-requisitos: a política de coesão tem de se manter centrada no crescimento e no desenvolvimento. Por conseguinte, a política de coesão deve englobar escolhas estratégicas e, simultaneamente, iniciativas focadas nos resultados. Do mesmo modo, deve ter uma base local, com prioridade e implementação de iniciativas tangíveis.

Para mim, a política de coesão faz sentido se se centrar nos verdadeiros desafios socioeconómicos de um local e no seu potencial efetivo de desenvolvimento. Isto também significa, por exemplo, que não deve ser simplesmente uma compensação por características geográficas, mas sim basear-se no potencial específico destas áreas. A política também não deverá compensar uma governação inadequada ou fraca. A política de coesão não deve encorajar uma cultura de subsídios a nível nacional, regional ou local.

Os campeões da política de coesão fazem escolhas e tomam decisões difíceis, executam-nas e permanecem na linha de fogo no que respeita às metas de resultados e às premissas críticas, à elegibilidade para cofinanciamento e aos riscos inerentes a um investimento.

Permitam-me, por conseguinte, chocar aqueles indivíduos competentes envolvidos na implementação da política. Ao longo dos anos, reparei que a retórica que rodeia a política de coesão, no que respeita aos Fundos Estruturais e ao seu quadro regulamentar, é frequentemente bastante genérica. Discursos gerais e não específicos, muitas vezes num tom de autoelogio, sobre resultados, flexibilidade, alívio de cargas administrativas, simplificação, controlo, parcerias ou especialização, são fáceis de proferir e estão simplesmente a levantar a pergunta.

Faz sentido subscrever um pedido de flexibilidade, por exemplo, sem assumir alguma da responsabilidade do que isso

possa significar, se o pedido, na realidade, significa uma gestão mais fraca ou o «dinheiro fácil»? Faz sentido subscrever posições sobre controlo e pedidos de simplificação sem se estar ciente de que isto também pode subverter uma boa gestão de fundos públicos, como os Fundos Estruturais? Para mim não faz sentido e espero que concordem comigo. O meu desejo é que, logo desde o início, o trabalho nas ideias, nos esboços e nas regras necessários na área da política de coesão e dos Fundos Estruturais também se baseie nos conhecimentos e na experiência daqueles que sabem como implementar estas coisas. Com toda a modéstia, um olhar sobre a experiência da Dinamarca com a iniciativa nacional de aliviar cargas administrativas em diversas áreas políticas pode ser uma fonte de inspiração.

Agradeço à *Panorama* por me ter solicitado um contributo pessoal para a discussão. Escusado será dizer que aquilo que escrevo em nada prejudica as abordagens e posições da Dinamarca nos vários fóruns da UE.

PREBEN GREGERSEN – *Diretor da Autoridade de Gestão dos Fundos Estruturais da UE e Diretor da Política Regional da Autoridade de Negócios Dinamarquesa*

▶ REPÚBLICA CHECA

▶ INVESTIR EM INFRAESTRUTURAS ESSENCIAIS NA REGIÃO



Devo reconhecer que obtivemos uma valiosa experiência em quase todos os aspetos da política de coesão da UE devido à localização e à situação económica da nossa região. A Região de Pilsen, na zona ocidental da República Checa, faz fronteira com a região alemã da Baviera e, por conseguinte, temos-nos centrado na implementação de projetos que melhorem a cooperação transfronteiriça.

A autoestrada D5, que percorre toda a região de Pilsen até à Alemanha, o corredor ferroviário que liga Praga a Nuremberga, bem como os planos para o novo caminho entre Pilsen e Munique são projetos que fazem parte da rede RTE-T, que tem sido apoiada pelos programas do fundo de coesão da EU. A cidade de Pilsen, capital regional, é a quarta maior cidade da República Checa, com perto de 200 000 habitantes, mas o resto da região mantém-se predominantemente rural. É por esta razão que nos centramos em projetos de desenvolvimento urbano e na promoção da competitividade na cidade de Pilsen e mais além. Desenvolvemos projetos de apoio a infraestruturas básicas, como estradas, sistemas de abastecimento de água e de tratamento de

águas residuais, tendo presente o princípio da solidariedade para com as regiões menos desenvolvidas.

Desde 2007, investimos um total de 1,15 mil milhões dos fundos estruturais e de coesão. Sem este apoio financeiro, a nossa região estaria a ficar para trás – o progresso seria muito mais lento e, indubitavelmente, não seríamos capazes de alcançar o limite dos 75% da média do PIB da UE num futuro próximo. Para mantermos um crescimento positivo, estamos empenhados em prosseguir o trabalho que iniciámos em 2007. Em comparação com o período de programação anterior, há agora uma clara inclinação para projetos muito mais sofisticados e centrados em áreas como Investigação & Desenvolvimento, educação, energias renováveis e competitividade.

Estou satisfeito por a política de coesão reformada seguir o legado de períodos de programação anteriores, ao mesmo tempo que integra novas ferramentas, como os Investimentos Territoriais Integrados ou o Desenvolvimento Local orientado para a Comunidade, que colocam efetivamente as operações estruturais na direção certa. Por outro lado, isto requer uma alteração substancial nas estratégias para identificar partes interessadas – uma tarefa particularmente desafiante em Estados-Membros como a República Checa, onde estamos habituados a aplicar abordagens estritamente setoriais na conceção e implementação de projetos. Fico realmente contente por saber que os novos programas da política de coesão são muito mais simples. Estou igualmente satisfeito por esta ser uma das principais matérias na agenda da **Comissária Creţucujos** esforços de simplificação dos procedimentos burocráticos apoiamos vivamente.

IVO GRÜNER – *Vice-Presidente para o desenvolvimento regional da Região de Pilsen*

▶ FINLÂNDIA

▶ DESENVOLVER UMA ECONOMIA ASSENTE NUM BAIXO NÍVEL DE EMISSÕES DE CARBONO E AUMENTAR O EMPREGO

As políticas regionais e estruturais da União Europeia têm por objetivo aumentar a coesão económica e social dos Estados-Membros, bem como reduzir as disparidades no desenvolvimento interregional. Na Finlândia, os apoios do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) são utilizados para melhorar a competitividade das PME, promover a produção e a utilização das novas



tecnologias da informação e do conhecimento e desenvolver uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono. O auxílio fornecido pelo Fundo Social Europeu (FSE) é utilizado para promover o emprego e um local de trabalho funcional, melhorar o conhecimento e as competências e assegurar a inclusão social dos grupos mais desfavorecidos.

O Programa Operacional da Finlândia chama-se «Crescimento sustentável e emprego 2014-2020». Este programa dos fundos estruturais engloba cinco eixos prioritários e 13 objetivos específicos e espera-se que cada projeto concretize, pelo menos, um destes objetivos específicos. Na Finlândia, o financiamento do programa de fundos estruturais da UE para o período de 2014-2020 ascende a perto de 1,3 mil milhões de euros. A par do cofinanciamento nacional (50%), estão disponíveis, aproximadamente, 2,6 mil milhões de euros em financiamento público.

O programa finlandês de fundos estruturais inclui cinco áreas políticas cujo objetivo é, em particular, promover a competitividade das PME e o emprego. O tema global é a promoção de uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono. O programa Fundo Estrutural cumpre as metas da Europa 2020. Entre os principais objetivos do programa encontram-se: a criação de novas empresas, a promoção do crescimento e internacionalização das PME, o aumento da inovação e do conhecimento, a expansão da utilização de energias renováveis e o aumento da eficiência energética e material. O programa centra-se ainda no emprego jovem e procura apoiar as pessoas que se encontram em posições mais fracas no mercado de trabalho. O incremento dos esforços para melhorar a produtividade laboral e o bem-estar ocupacional, bem como a melhoria dos serviços educativos e a prevenção da discriminação também figuram entre os principais objetivos do programa. O programa será implementado em toda a Finlândia, exceto em Åland.

Os objetivos temáticos essenciais do FEDER incluem o aumento da competitividade das PME, a produção e utilização de novas tecnologias da informação e conhecimentos e a promoção da economia assente num baixo nível de emissões de carbono. Além disso, os objetivos temáticos essenciais do FSE focam-se no emprego e na mobilidade laboral, na educação, competências e aprendizagem ao longo da vida, bem como na inclusão social.

SAMULI RANTA – *Gestor de projeto, Universidade de Ciências Aplicadas de Turku*

DÊ-NOSA SUA OPINIÃO

regio-panorama@ec.europa.eu

▶ ESTUDO SOBRE A «GEOGRAFIA DAS DESPESAS»

ÊNFASE NA AVALIAÇÃO *EX POST* DOS FUNDOS DA UE

O estudo sobre a *Geografia das Despesas* faz parte da avaliação *ex post* dos programas da política de coesão de 2007-2013. Incide no Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e no Fundo de Coesão (FC).

O objetivo do estudo era recolher dados sobre as dotações cumulativas a determinados projetos e as despesas dos programas do FEDER e do FC nas regiões NUTS-3 nos 28 Estados-Membros da UE. O estudo abrangeu os objetivos de convergência, Competitividade Regional e Emprego (CRE), bem como Cooperação Territorial Europeia (CTE) no período 2007-2013.

Os dados, quando disponíveis, foram recolhidos, com a ajuda de uma rede de peritos nacionais, junto das autoridades de gestão das regiões NUTS-3 e divididos em 86 temas prioritários. Nos casos em que não existiam dados disponíveis realizaram-se estimativas.

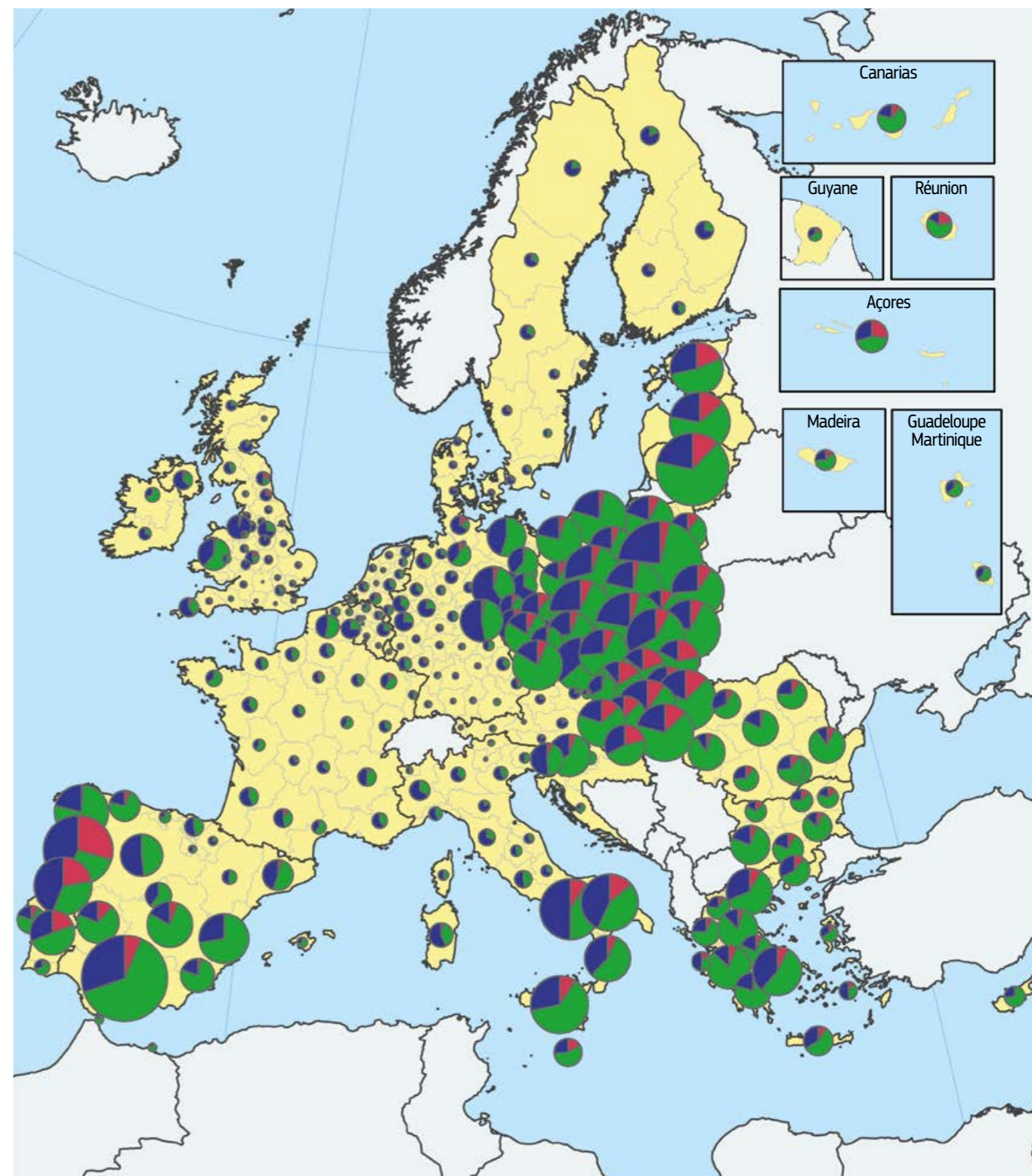
Tanto os dados recolhidos como as estimativas foram armazenados em duas bases de dados de fácil utilização para os períodos de 2007 a 2014 e 2000 a 2014, de modo a poderem ser posteriormente utilizados pela Comissão, por investigadores e pelo público em geral.

O estudo integra, também, dados do período de programação de 2000-2006 criados por um estudo anterior.

Estes dados serão utilizados para duas avaliações macroeconómicas sobre o impacto da política de coesão, por exemplo, no PIB e no emprego. Os dados estão disponíveis para toda a comunidade de investigadores.

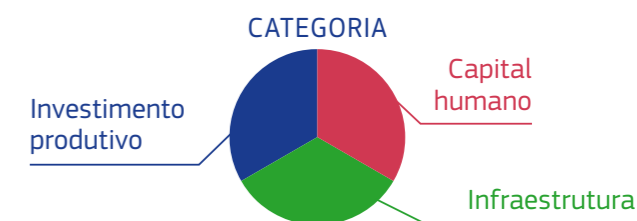
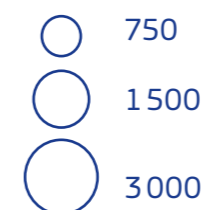
Os resultados foram também publicados sob a forma de mapas, de modo a facultar as primeiras informações sobre a distribuição regional das dotações e despesas do FEDER e do FC e as respetivas tendências.

▶ SAIBA MAIS
http://ec.europa.eu/regional_policy/en/policy/evaluations/ec/2007-2013/
 VER PACOTE DE TRABALHO 13 – GEOGRAFIA DAS DESPESAS

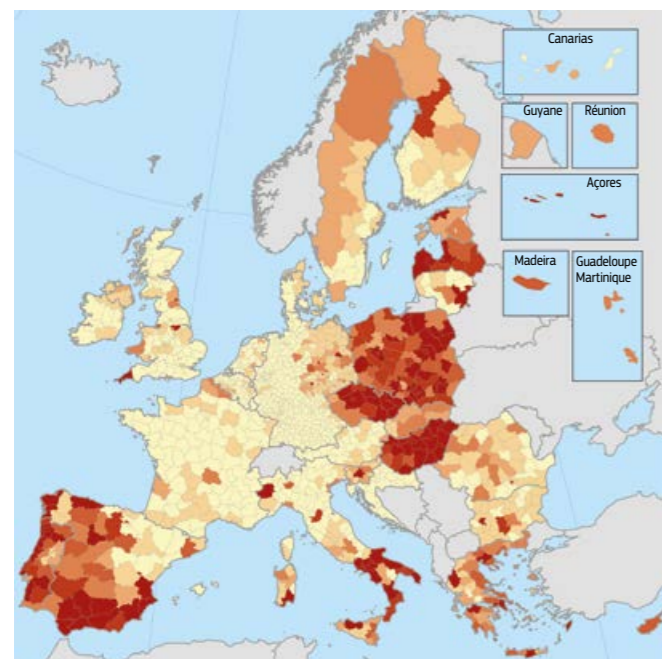


▶ DESPESA POR SETOR

DESPESAS CUMULATIVAS DO FEDER E DO FUNDO DE COESÃO, 2014
 Euro, milhões, regiões NUTS-2



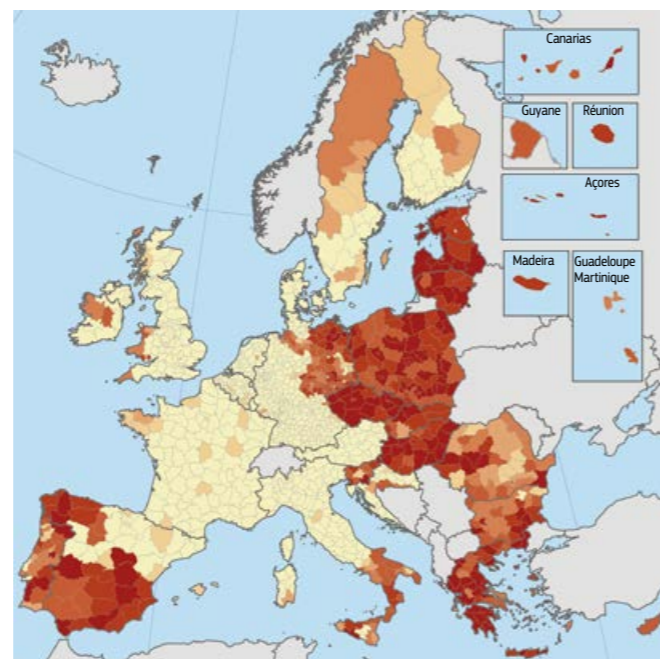
Fonte: Comissão Europeia, DG Regio / Mapas: wiiw, Ismeri Europa



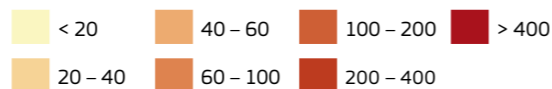
▶ **APOIO ÀS EMPRESAS**
 DESPESAS CUMULATIVAS DO FEDER
 E DO FUNDO DE COESÃO, 2014
 Euro, milhões, regiões NUTS-3



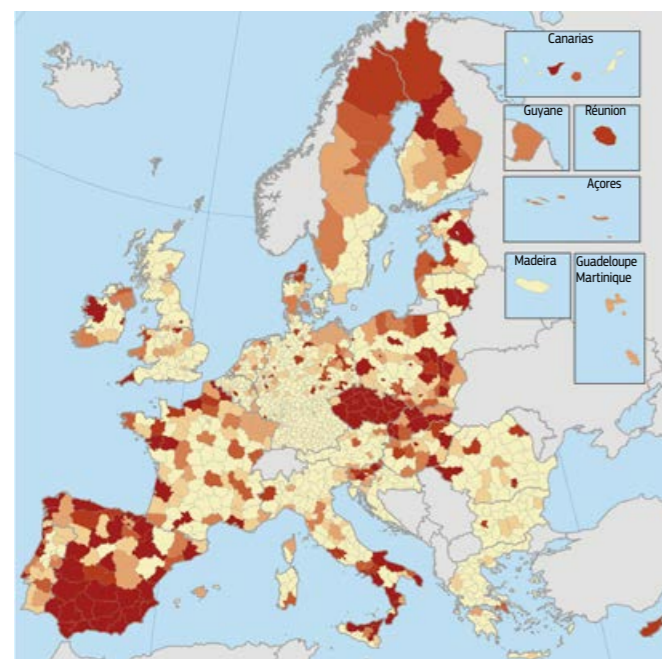
Fonte: Comissão Europeia, DG Regio / Mapas: wiiw, Ismeri Europa



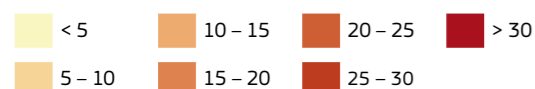
▶ **TRANSPORTES**
 DESPESAS CUMULATIVAS DO FEDER
 E DO FUNDO DE COESÃO, 2014
 Euro, milhões, regiões NUTS-3



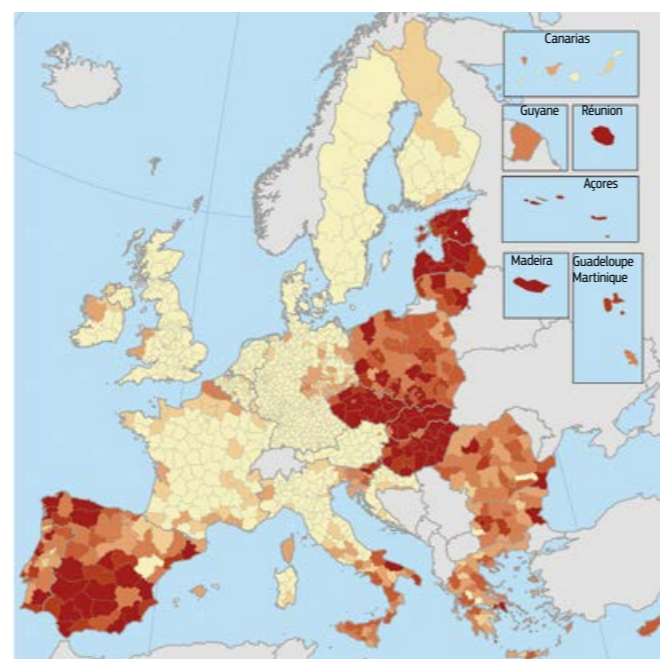
Fonte: Comissão Europeia, DG Regio / Mapas: wiiw, Ismeri Europa



▶ **INVESTIGAÇÃO**
 DESPESAS CUMULATIVAS DO FEDER
 E DO FUNDO DE COESÃO, 2014
 Euro, milhões, regiões NUTS-3



Fonte: Comissão Europeia, DG Regio / Mapas: wiiw, Ismeri Europa



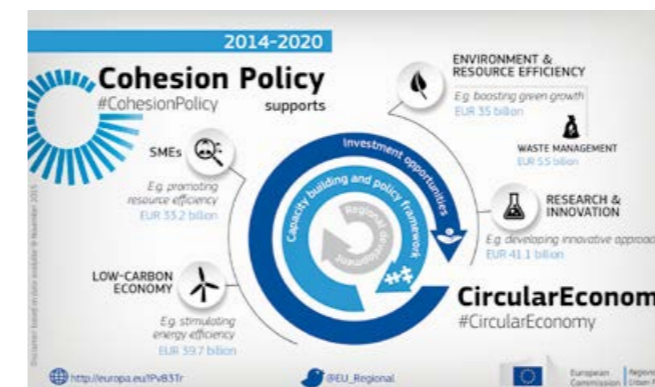
▶ **AMBIENTE**
 DESPESAS CUMULATIVAS DO FEDER
 E DO FUNDO DE COESÃO, 2014
 Euro, milhões, regiões NUTS-3



Fonte: Comissão Europeia, DG Regio / Mapas: wiiw, Ismeri Europa

▶ NOTÍCIAS

[NOTÍCIAS BREVES]



▶ A POLÍTICA DE COESÃO CONTRIBUI PARA A «ECONOMIA CIRCULAR»

No início de dezembro de 2015, a Comissão apresentou uma nova estratégia de «Economia Circular», mais ambiciosa, que visa transformar a Europa numa economia mais competitiva e eficiente em termos de recursos, respondendo a uma série de setores económicos.

Os investimentos da política de coesão na Economia Circular têm sido significativos ao longo das últimas duas décadas (mais de 6 mil milhões de euros só no período de 2007-2013), especialmente na área da gestão de resíduos, ajudando os Estados-Membros a encerrar aterros, a investir na incineração quando fortemente justificado e, em particular, a desenvolver a reciclagem e a reutilização de recursos. Em paralelo, cada vez mais regiões começaram a investir em programas avançados e inovadores de simbiose industrial, abordagens «do berço ao túmulo» ou projetos que visam a eficiência de recursos nas PME. Em 2014-2020, com a política reformada e uma ênfase muito mais forte (com a obrigatoriedade de reserva) na inovação, na economia assente num baixo nível de emissões de carbono e na eficiência de recursos, muitos Programas Operacionais incluem agora investimentos significativos diretamente associados à Economia Circular, seja na conceção/conceção ecológica de produtos, na bioeconomia, na simbiose industrial, em novos modelos de negócio ou na eficiência energética.

▶ **SAIBA MAIS**
http://ec.europa.eu/environment/circular-economy/index_en.htm



▶ COMEMORAR A COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Três campanhas de sensibilização do público foram premiadas no passado dia 22 de outubro, durante a conferência EuroPCom deste ano, organizada pelo Comité das Regiões em parceria com outras instituições da UE, que reúne especialistas em comunicação de autoridades locais, regionais, nacionais e europeias com vista à profissionalização das comunicações governamentais e da UE.

O primeiro lugar nos prémios de Comunicações públicas europeias foi atribuído a uma campanha neerlandesa de sensibilização do público denominada «Kijkdagen – Europa om de hoek», que mostra como é que os fundos europeus estão a ser aplicados nos bairros, nas cidades e nas regiões dos Países Baixos. A campanha deste ano incluiu vídeos dedicados a 12 projetos: um por cada província neerlandesa.

O segundo prémio foi atribuído a «Notre pays bouge, l'Europe s'engage», uma campanha nacional na televisão francesa que destacou o impacto dos fundos da UE para os indivíduos e as respetivas empresas. O Comissariado francês para a Igualdade Territorial, em colaboração com parceiros regionais, produziu uma série de 66 anúncios com uma duração de 30 segundos cada para serem transmitidos na televisão nacional durante seis meses. O terceiro prémio foi para a campanha «Let's Create Together Bulgaria 2020», organizada pelo ministério búlgaro para os fundos da UE. Foram organizados mais de 600 eventos, que atraíram 50 000 participantes de todo o país, numa tentativa de recolher ideias sobre como utilizar os fundos da UE a nível local durante os próximos cinco anos.

Estão disponíveis informações sobre os projetos vencedores, bem como o convite à participação no Prémio Europeu de Comunicação Pública 2016 no Web site da EuroPCom.

▶ **SAIBA MAIS**
<http://cor.europa.eu/pt/news/Pages/dutch-french-and-bulgarian-campaigns-receive-awards.aspx>



IT I AJUDA A LOCALIZAR INVESTIMENTOS

Um novo guia da Comissão visa clarificar a utilização dos Investimentos Territoriais Integrados na implementação da Estratégia Europa 2020.

Os Investimentos Territoriais Integrados (ITI) são uma nova ferramenta para ser utilizada durante o período de programação dos Fundos EIE, cujo objetivo é facilitar a execução de estratégias territoriais que requeiram financiamento de diferentes fontes. Os ITI também promovem a criação de políticas mais locais ou de «base local».

Esta abordagem suscita muitas perguntas: Como deve ser uma estratégia territorial? Como é que se pode combinar diferentes fundos? Como é que se pode estruturar uma delegação? Como é que se pode medir a produção e os resultados?

Para ilustrar todo o processo, o guia define quatro cenários, descrevendo em cada um como é que os ITI podem ser utilizados na prática. Estes cenários clarificam a ligação dos ITI a várias disposições nos regulamentos relevantes e, ao mesmo tempo, sublinham a sua importância para o conceito mais alargado de uma abordagem territorial integrada.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/information/publications/reports/2015/scenarios-for-integrated-territorial-investments

CIDADES EUROPEIAS EM DESTAQUE

Durante os Open Days da UE, o Deputado do Parlamento Europeu **Lambert Van Nistelrooij** lançou o seu novo livro «Cities in the spotlight» (Cidades em destaque), sobre a importância de uma política integrada para as cidades. Hoje em dia, perto de três em cada quatro europeus vivem em cidades, que são cada vez mais vistas como motores do crescimento económico e da criação de emprego. Todavia, anteriormente as cidades da «Europa das regiões» desempenhavam um papel secundário: a política da UE nesta área é ainda bastante fragmentada e é necessária uma ligação coerente entre as políticas existentes. Os Países Baixos esperam desempenhar aqui um importante papel e a Agenda Urbana deverá ser um ponto central durante a Presidência neerlandesa da UE, com a apresentação prevista do «Pacto de Amesterdão», no

ORIENTAÇÃO DE CONTRATOS PÚBLICOS



Novas orientações publicadas pela Comissão ajudarão as autoridades públicas de toda a UE a identificarem e evitarem os erros mais frequentes nos contratos públicos de projetos cofinanciados pelos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus. Em consonância com a iniciativa para um «Orçamento comunitário focado nos resultados», a Comissão está a atuar de modo a garantir que o dinheiro dos contribuintes é aplicado de forma eficiente e transparente. Perto de metade das dotações dos Fundos EIE é canalizada para a economia real através de contratos públicos.

A Comissária da Política Regional **Corina Crețu** afirmou: «Uma das minhas prioridades é ajudar os Estados-Membros a melhorarem a forma como gerem e investem os fundos da UE e estas orientações são uma preciosa ferramenta para este fim. Acredito que se cometermos menos erros na contratação pública estaremos a assegurar que os investimentos da UE concretizam mais rapidamente os nossos objetivos de emprego e crescimento e que o Orçamento da UE fica salvaguardado.»

Os erros mais comuns nos contratos públicos resultam de uma capacidade administrativa insuficiente. É por esta razão que a ação da Comissão para aumentar a capacidade administrativa e melhorar os sistemas de gestão e controlo é crucial para solucionar o problema de forma abrangente.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/en/policy/how/improving-investment/public-procurement



qual se propõe uma abordagem ascendente com as cidades a desempenharem um papel essencial e a serem valorizadas. O livro de Van Nistelrooij enuncia os desafios que se colocam às cidades e algumas das soluções propostas.

▶ SAIBA MAIS

http://issuu.com/eppgroup/docs/schijnwerpers_op_de_stad

MONTE SAINT-MICHEL DE NOVO UMA ILHA

O Presidente francês, **François Hollande**, inaugurou recentemente a reabertura do Monte Saint-Michel após as obras de melhoria e de recuperação ambiental. As obras, que se prolongaram por mais de 15 anos, abrangeram recursos de infraestruturas hidráulicas a montante da barragem, com vista ao aumento da capacidade de água, a demolição do parque de estacionamento na base do monte e a construção de uma nova ponte pedonal integrada na paisagem.

Devido às forças combinadas do mar e do Couesnon, o sedimento será afastado da área em redor do monte e a área circundante permanecerá fora do alcance do pântano durante um longo período de tempo.

A Comissão aprovou um investimento de 21,1 milhões de euros destinado a proteger a biodiversidade da área e a reduzir a poluição causada pelo trânsito local. A economia local irá beneficiar de um aumento no turismo de cerca de 3 milhões de visitantes por ano.

▶ SAIBA MAIS

<http://europa.eu/IMF37FK>

«FUTURIUM», PARA AJUDAR A SIMPLIFICAR



A Comissão lançou a plataforma online Futurium para dar uma ajuda ao trabalho de simplificação para os beneficiários dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus.

A Futurium permite aos utilizadores partilharem experiências, apresentarem ideias e contactarem outras partes interessadas. A organização por tópicos permite que os utilizadores pesquisem contributos de outras pessoas, leiam publicações relevantes no blogue e até que organizem ou respondam a sondagens de opinião.

A plataforma apoia o novo Grupo de Alto Nível de peritos independentes criado pela Comissão para prestar aconselhamento sobre a simplificação e a redução de cargas administrativas para os beneficiários dos ESIF. O grupo tem por objetivo avaliar os esforços de simplificação dos Estados-Membros, identificando as boas práticas e emitindo recomendações específicas.

▶ SAIBA MAIS

<https://ec.europa.eu/futurium/en/simplify-esif>

ORÇAMENTO DA UE PARA OS RESULTADOS

A conferência «Orçamento comunitário focado nos resultados», que decorreu em Bruxelas, em 22 de setembro, proporcionou um debate de alto nível sobre questões essenciais à política orçamental europeia. O Presidente da Comissão Europeia, **Jean-Claude Juncker**, os Vice-Presidentes **Kristalina Georgieva** e **Maroš Šefčovič** e o ministro alemão das finanças, **Wolfgang Schäuble**, trocaram impressões sobre como melhorar a eficiência dos gastos e conseguir mais com os recursos disponíveis.

Simultaneamente, foi lançada uma nova aplicação Web que reúne 597 exemplos de projetos de todo o fundo financiados pelo orçamento da UE. Os resultados do projeto incidem na melhoria de vida das pessoas por toda a parte e estão relacionados com domínios que vão desde o emprego, o desenvolvimento regional, a inovação e educação, até ao ambiente, à ajuda humanitária, energia e outras matérias.



▶ SAIBA MAIS

<http://ec.europa.eu/budget/euprojects/>

▶ FINLÂNDIA

▶ SOLARLEAP – MAIS ENERGIA SOLAR PARA O SUDOESTE DA FINLÂNDIA

Custo total:
420 000 EUR
Contribuição da UE:
293 000 EUR

O projeto SOLARLEAP visa a eliminação dos entraves que impedem uma utilização mais alargada da energia solar no sudoeste da Finlândia. O projeto SOLARLEAP permite que as pessoas prossigam os seus estudos, leva a cabo projetos-piloto e visa o desenvolvimento de licenças e de orientações para a construção.

O sudoeste da Finlândia tem um potencial de energia solar por explorar, apesar de a quantidade de radiação solar na área ser semelhante à do norte da Alemanha, onde a utilização de energia solar está bastante generalizada. Nos últimos anos, os sistemas de energia solar têm vindo a ficar mais acessíveis para os proprietários de habitações, todavia o incremento na utilização da energia solar é prejudicado pela inadequação da base de conhecimentos sobre os fornecedores de sistemas e pela dificuldade em combinar diferentes sistemas energéticos.

A resolução destes problemas é o ponto de partida do SOLARLEAP, um projeto de investigação e desenvolvimento de dois anos, financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e as cidades da costa sudoeste (a rede LOURA).

O projeto é implementado pela Universidade de Ciências Aplicadas de Turku, tendo o Instituto Vocacional de Turku como parceiro. Além disso, o projeto do sudoeste da Finlândia funciona em estreita cooperação com o projeto de energia solar levado a cabo pela Universidade de Ciências Aplicadas de Satakunta.

Formação e pilotos

O projeto é composto por programas de educação contínua destinados a empresas, pelo desenvolvimento de instruções e documentação de instalação e pela implementação de uma

série de locais-piloto. O primeiro sistema de energia solar foi instalado em 2015 e outros se seguirão em 2016.

No início do projeto, realizaram-se inquéritos com vista a encontrar locais potenciais para a instalação da energia solar (foram considerados fatores como o potencial de energia solar do local, a sombra e a segurança da instalação). Com base no inquérito, foram selecionados, aproximadamente, dez locais-piloto para a conceção de projeto e a instalação dos equipamentos de energia solar. Os locais-piloto fornecem também informações sobre a energia gerada pelos sistemas. Simultaneamente, permitem que os parceiros do projeto testem a eficiência e a utilidade dos métodos, das instruções e dos documentos de instalação. Um dos resultados do projeto é a produção de um documento de instalação detalhado e verificado, que descreva as especificações de uma correta instalação dos sistemas de energia solar.

O objetivo global é melhorar a competência das empresas e de outras partes envolvidas na gestão de entregas de sistemas de energia solar completos, consolidação do sistema e avaliação da rentabilidade. À medida que as operações vão ficando mais consolidadas, será mais fácil para a parte que encomenda um sistema de energia solar lançar adjudicações a concurso e garantir a qualidade da instalação. A longo prazo, pequenas centrais de energia solar ligadas à rede podem constituir um importante suplemento à produção de energia limpa e neutra em carbono. Agora é o momento certo para dar o salto decisivo para uma economia solar na Finlândia!

▶ SAIBA MAIS
www.tuas.fi/en/research-and-development/projects/solarleap-more-solar-energy-southwest-finland/

▶ FRANÇA

▶ INVESTIGAÇÃO FRANCESA EM ALÍVIO DA DOR E MEDICINA NUCLEAR

Dois centros médicos franceses em Clermont-Ferrand, França, receberam financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) para apoiar uma série de projetos de investigação médica de vanguarda.

Desde 2009, dois centros líderes na investigação médica do centro de França levaram a cabo cerca de 14 projetos de investigação médica, que abrangem áreas desde o cancro até ao tratamento da artrite: CHU (Centre Hospitalier Universitaire de Clermont-Ferrand) e o Centre Jean Perrin. Os projetos abrem caminho à investigação e ao desenvolvimento de medicamentos, uma necessidade premente para a substituição de fármacos existentes e a oferta de novas formas de tratamento.

Projeto CIRMEN

O Centro Jean Perrin para a investigação do cancro, em Clermont-Ferrand, incluiu um Centro para a Inovação e Investigação em Medicina Nuclear, o CIRMEN. O projeto CIRMEN visa acelerar o desenvolvimento e a criação de radiofármacos - medicamentos que contêm substâncias radioativas denominadas radioisótopos. O novo financiamento ajuda o Centro a passar da investigação básica à investigação clínica. O CIRMEN está equipado com uma unidade radiofarmacológica experimental, que permitirá testes e rastreios de cancros, como o melanoma, bem como de problemas ósseos, como a artrite e o condrossarcoma. O financiamento ajudou também a adquirir um segundo aparelho PETSCAN, uma máquina ultrassofisticada que tem revolucionado o tratamento do cancro. Este PETSCAN será utilizado para investigação e cuidados convencionais.

METAPAIN

O projeto METAPAIN, também no Centro Jean Perrin Centre, está a desenvolver um novo analgésico especializado, urgentemente necessário para substituir o Di-antalvic, que foi retirado do mercado. A Parceria Analgesia junta competências académicas e industriais para desenvolver um novo tratamento que combina dois analgésicos. Com uma crescente capacidade analítica, o consórcio conseguirá evoluir da validação do conceito para os testes de dosagem e os ensaios clínicos, até chegar finalmente ao mercado. O Instituto Analgesia



Custo total:
10 750 000 EUR
Contribuição da UE:
3 270 000 EUR

do Hospital Universitário será o instituto europeu líder dedicado à investigação sobre o alívio da dor, aumentando assim a capacidade analítica para testar medicamentos, como anti-depressivos, paracetamol e fármacos para a enxaqueca, bem como para desenvolver novos produtos solicitados por membros do polo.

Plataforma de genética molecular

Outro investimento foi aplicado no desenvolvimento de uma plataforma de genética molecular no Centre Hospitalier Universitaire de Clermont-Ferrand. Esta plataforma dedica-se à investigação genética e abrirá caminho à «Próxima geração de sequenciação» para ajudar a desenvolver medicação personalizada para o tratamento do cancro.

Atualmente, o custo da sequenciação caiu significativamente para 1 000 euros por 10 genomas. Agora, é possível melhorar a previsão e a prevenção, bem como reduzir o risco, por exemplo, dos cancros hereditários. O projeto permite uma sequenciação profunda de tumores, tratamento personalizado e não invasivo, bem como exames pré-natais.

▶ SAIBA MAIS
www.chu-clermontferrand.fr/internet/default.aspx
www.cjp.fr/fr/



Custo total:
2 765 000 EUR
Contribuição da UE:
1 319 000 EUR

▶ ALEMANHA

▶ ANTIGO PARQUE DE ESTACIONAMENTO CONVERTIDO EM BAIRRO DE APRENDIZAGEM

O Centro Robinsbalje, o primeiro «bairro de aprendizagem» da Alemanha, oferece serviços educativos, de saúde e emprego a migrantes e a famílias desfavorecidas num único complexo. Inclui jardim de infância e escola primária, com cuidados de saúde de fácil acesso, serviços de segurança social e um clube desportivo, permitindo que as famílias tipicamente marginalizadas conheçam e utilizem outros serviços quando deixam os filhos na escola.

Várias instituições públicas e não governamentais uniram forças para converter um antigo parque de estacionamento num bairro empobrecido em instalações que proporcionam melhores perspectivas de futuro aos residentes. Desde 2010 que o centro Robinsbalje associa a educação à inclusão social e à reabilitação urbana.

Com um apoio financeiro de 1,3 milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), a forte cooperação entre diversos parceiros deu ao bairro de Robinsbalje e aos seus residentes um lugar para aprender, brincar e receber cuidados vitais. O projeto é um excelente exemplo do esforço para concretizar o objetivo do crescimento socialmente inclusivo da Europa 2020.

O centro apoia o regresso à educação de pessoas que abandonaram a escola e pretende reduzir as barreiras mentais nos tradicionais sistemas de educação. Também se esforça por atrair as pessoas, nomeadamente jovens e mulheres, para o mercado laboral, facultando aconselhamento, orientação e serviços alargados de acolhimento de crianças para pais trabalhadores.

Numa altura em que os Estados-Membros da UE trabalham para integrar as famílias de migrantes nas respetivas

sociedades, o projeto Robinsbalje pode servir como exemplo por duas razões principais. Em primeiro lugar, o projeto envolve de forma pró-ativa pessoas com diferentes antecedentes. Em segundo lugar, combina um vasto leque de serviços, que vão desde cuidados de saúde e assuntos sociais até ao aconselhamento laboral e apoio às famílias de migrantes, num único local de fácil acesso. Adicionalmente, os edifícios escolares, que não são usados à noite nem aos fins de semana, servem de espaço comunitário para outras atividades. Ao repensar o papel tradicional da escola e alargar o entendimento de educação, o centro Robinsbalje converteu-se num «bairro de aprendizagem» aberto e único.

Com base nesta reconhecida experiência, Bremen desenvolveu um segundo centro educativo, ainda com mais funções e, mais uma vez, com o apoio do FEDER. O recém-inaugurado centro Morgenland fornece serviços de estabilização mão apenas ao respetivo bairro marginalizado, mas também a todas as escolas do distrito e a outras instituições educativas para melhorar a sua rede.

Situado num dos bairros desfavorecidos de Bremen, o centro Robinsbalje era um catalisador há muito aguardado para a reabilitação urbana da área. A cooperação entre as unidades administrativas da cidade foi crucial para o projeto, conduzindo a importantes sinergias e a novos impulsos para projetos adicionais. Ao investir na educação e na inclusão social e ao criar uma rede sustentável de instituições parceiras, o bairro está a integrar grupos desfavorecidos no futuro da Alemanha.

▶ SAIBA MAIS
www.105.schule.bremen.de/

▶ ROMÉNIA

▶ CENTRO EMPRESARIAL DE ALTO NÍVEL DESENVOLVIDO EM TIMIȘOARA

O centro de Timișoara, a cidade mais ocidental da Roménia, beneficia agora de um premiado centro empresarial desenvolvido com o apoio dos fundos da UE.

Timișoara quer atrair grandes empresas através do City Business Centre (CBC), um complexo de cinco edifícios de escritórios ecológicos, de Classe A, mesmo no centro da cidade.

Lançado em 2007, o complexo CBC abrange mais de 43 000 metros quadrados de área de escritórios e tornou-se a sede regional de muitas empresas de topo. Dois dos cinco edifícios do CBC foram desenvolvidos com o apoio financeiro do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (Programa Operacional Regional de 2007-2013).

O CBC foi concebido para ser um balcão único completo para empresas locais e internacionais, uma vez que, para além da área de escritórios, o complexo dispõe de parque subterrâneo para 650 automóveis, um restaurante, áreas verdes, serviços públicos bancários e médicos e segurança 24 horas por dia.

Os modernos edifícios do CBC oferecem às empresas globais uma área de escritórios de alto nível no coração de Timișoara e disponibiliza aos inquilinos serviços que respondem a todas as suas necessidades práticas. Empresas líderes têm sido atraídas pela infraestrutura e pela conceção ecológica. Atualmente, aloja mais de 50 empresas, incluindo a IBM, Accenture, Alcatel-Lucent, Unicredit a Deloitte.

Conceção premiada

O êxito do projeto deve-se à crescente necessidade de espaços de alta qualidade em Timișoara e ao seu conceito progressivo. Os edifícios foram concebidos pelos arquitetos mais contemporâneos da Roménia, Andreescu e Gaivoronski, galardoados com inúmeros prémios nacionais e internacionais. Os designers optaram pela originalidade e pela modernidade, mas esforçaram-se ainda por assegurar um ambiente de trabalho agradável e criativo para os inquilinos.

O CBC foi um dos cinco projetos escolhidos para representar a Roménia no Prémio Europeu de Arquitetura de 2009 e venceu o prémio «Office Development of the Year» nos South Eastern European Real Estate Awards (2009). Por último, o complexo conquistou o título «Green Building of the Year»

do Romania Green Building Council. O júri destacou as tecnologias especiais utilizadas nos edifícios do complexo.

Para além de diversos prémios, o CBC também está bem equilibrado em termos de utilização da energia e o complexo inclui um sistema informático de regulação e redução do consumo em todos os edifícios. Os sistemas de persianas nas janelas e de ar condicionado são controlados por sensores de elevado desempenho – a primeira tecnologia do género implementada na Roménia.

▶ SAIBA MAIS
www.business-centre.ro/?lang=en



Custo total:
32 450 000 EUR
Contribuição da UE:
11 670 000 EUR

AGENDA 2016

21 DE JANEIRO

Bruxelas (BE)

European Innovation Ecosystem: Good governance and effective support for Smart Specialisation

25-26 DE JANEIRO

Brdo/Eslóvenia (SI)

Conferência de Lançamento da Estratégia da UE para a Região Alpina

21-22 DE ABRIL

Londres (UK)

Reassessing economic development policies for regions and cities

12-13 DE MAIO

Dubrovnik (HR)

1.º Fórum da Estratégia da UE para a Região do Adriático e do Jónico

10-13 DE OUTUBRO

Bruxelas (BE)

OPEN DAYS 2016: Semana Europeia das Regiões e Cidades

Poderá encontrar mais informações sobre estes eventos na secção Agenda do Web site Inforegio:

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/newsroom/events/

MANTENHA-SE LIGADO

 http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/

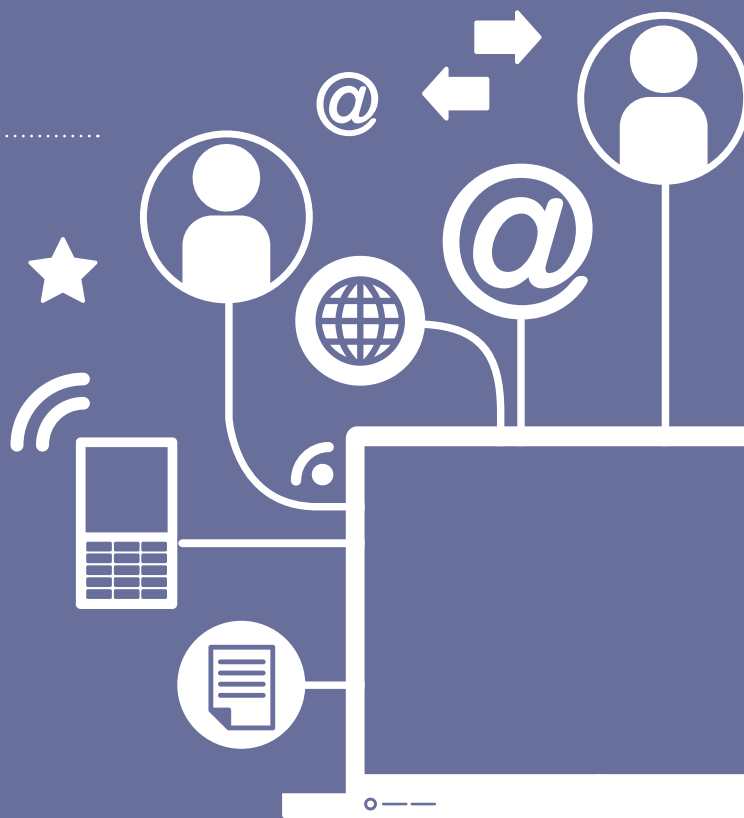
 www.twitter.com/@EU_Regional

 www.yammer.com/regionetwork
Plataforma colaborativa da DG REGIO

 www.flickr.com/euregional

 Inscreva-se no nosso «REGIOFLASH»
www.inforegioloc.eu

 www.twitter.com/CorinaCretuEU



■ Serviço das Publicações

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional e Urbana
Comunicação – Ana-Paula Laissy
Avenue de Beaulieu 1 – B-1160 Bruxelas
Courriel: regio-panorama@ec.europa.eu
Internet: http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/

